



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde

A PSICOLOGIA E SUA PRÁXIS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Jaisson Rodrigo Costacurta

Brasília, agosto de 2017



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde

A PSICOLOGIA E SUA PRÁXIS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Jaisson Rodrigo Costacurta

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, área de concentração Desenvolvimento Humano e Educação.

Orientadora: Prof^a Dra. Lucia Helena Cavasin Zabotto Pulino

Brasília, agosto de 2017

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APROVADA PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:

Profª Dra. Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino – Presidente
Universidade de Brasília – UnB

Profª Dra. Regina Lúcia Sucupira Pedroza – Membro Interno
Universidade de Brasília – UnB

Profª Dra. Norma Lúcia Neris de Queiroz – Membro Externo
Universidade Federal de Goiás - UFG

Profª Dra. Gabriela Mieto - Suplente
Universidade de Brasília – UnB

Universidade de Brasília – UnB
Brasília, agosto de 2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, a minha família, bem como a todas as pessoas que me apoiaram na realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Wanessa Santana Ernesto, pelo amor e suporte nos momentos de dedicação aos meus estudos.

À minha filha Amanda Vitória (6 anos), pelo carinho e compreensão, quando não podia sair ou precisava de silêncio para estudar. Deixo o meu exemplo de perseverança e disciplina no alcance dos objetivos.

À minha estimada orientadora Lucia Helena Cavasin Zabotto Pulino, pela excelente orientação. A sua dedicação e o seu profissionalismo exemplar foram fundamentais para o alcance desse sucesso.

Ao Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, pelo suporte profissional, pelo apoio nas minhas saídas para os estudos.

Ao leitor incógnito que passará os olhos sobre a minha dissertação, talvez no futuro, já com folhas amareladas. Não saberei quem é, mas tem minha gratidão pelo interesse em conhecer a minha pesquisa.

RESUMO

A psicologia vem ampliando e reconfigurando sua atuação no âmbito das políticas públicas. Sua práxis passa pela configuração de diferentes espaços de atuação que ainda estão sendo construídos, a partir de uma reflexão crítica sobre seu potencial e seu papel, bem como da sua imersão em diferentes contextos. Esta pesquisa, orientada a partir da perspectiva histórico-cultural, teve por objetivo compreender a visão de psicólogos sobre a relação da psicologia com a construção e o desenvolvimento de políticas públicas. Para o alcance desse objetivo, optamos pela metodologia qualitativa, sendo que nos procedimentos de construção de informações, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco psicólogos que atuam com políticas públicas. As informações construídas foram estruturadas em eixos temáticos, a partir das falas dos participantes, e analisadas com base na Epistemologia Qualitativa de González Rey e da Análise de Conteúdo, de Bardin. Foram construídas quatro categorias de análise: 1) Qualificações para atuar com políticas públicas; 2) A relação entre psicologia e políticas públicas; 3) O papel do psicólogo no desenvolvimento de políticas públicas; 4) Desafios a serem enfrentados. Os resultados apontam que a intervenção do psicólogo nesse campo ainda está em processo de construção. De qualquer forma, a atuação da psicologia no âmbito das políticas públicas vem rompendo com perspectivas patologizantes, curativas e individualizantes. As concepções que os psicólogos possuem acerca da relação entre psicologia e políticas públicas refletem suas subjetividades, suas concepções de ser humano e sociedade. A formação dos profissionais influenciou e continua influenciando as suas ações, seja nas definições teóricas que predominam, nos procedimentos e instrumentos utilizados, seja nas práticas desenvolvidas e nos setores em que se encontram, ou mesmo na compreensão do seu papel enquanto profissionais.

Palavras-chave: Psicologia. Políticas Públicas. Práxis. Subjetividade.

ABSTRACT

Psychology has been broadening and reconfiguring your performance in the scope of public policies. Your praxis involves the configuration of different spaces of action that are still being constructed, based on a critical reflection on his potential and his role, as well as your immersion in different contexts. This research, oriented from the historical-cultural perspective, aimed to understand the psychologists' view on the relationship between psychology and the development of public policies. To reach this goal, we chose the qualitative methodology, and in the information construction procedures, semi-structured interviews were conducted with five psychologists who work with public policies. The constructed information was structured in thematic axes, based on the speeches of the participants, and analyzed based on the Qualitative Epistemology of González Rey and the Content Analysis, by Bardin. Four categories of analysis were constructed: 1) Competence to act with public policies; 2) The relationship between psychology and public policy; 3) The role of the psychologist in the development of public policies; 4) Challenges to be faced. The results indicate that the intervention of the psychologist in this field is still under construction. In any case, the performance of psychology in the context of public policies has been breaking with pathological, curative and individualizing perspectives. The conceptions that psychologists have about the relationship between psychology and public policies reflect their subjectivities, their conceptions of being human and society. The training of professionals has influenced and continues to influence their actions, either in the theoretical definitions that predominate, in the procedures and instruments used, in the practices developed and in the sectors in which they are found, or even in the understanding of their role as professionals.

Keywords: Psychology. Public policy. Praxis. Subjectivity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
2. A DIMENSÃO SUBJETIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	5
3. PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	10
3.1 Da formação à profissionalização de psicólogos no campo das políticas públicas.....	11
3.2 A práxis da psicologia nas políticas públicas frente à configuração dos diferentes espaços de atuação.....	16
4. POR UMA ÉTICA DO CUIDADO NA PRÁXIS PSICOLÓGICA	20
4.1 Pensar as políticas públicas à luz da ética do cuidado.....	26
5. OBJETIVOS	31
6. METODOLOGIA.....	31
6.1 Método.....	34
7. ANÁLISE E DISCUSSÃO	39
7.1 Categoria 1: Qualificações para atuar com políticas públicas	40
7.2 Categoria 2: A relação entre psicologia e políticas públicas	44
7.3 Categoria 3: O papel do psicólogo no desenvolvimento de políticas públicas	48
7.4 Categoria 4: Desafios a serem enfrentados pela psicologia na sua práxis com as políticas públicas	52
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	60
ANEXOS	66

INTRODUÇÃO

Psicologia e políticas públicas são os temas definidos inicialmente e a base fundamental para o desenvolvimento das temáticas que norteiam esta dissertação, que tem por objetivo compreender a visão de psicólogos sobre a relação da psicologia com a construção e o desenvolvimento de políticas públicas.

Como precedente deste estudo, demarco a minha atuação profissional como psicólogo junto ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), bem como nos campos da Educação de Jovens e Adultos (Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEEDF) e da socioeducação (Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública – CEAG/UnB). No cotidiano desses trabalhos permeiam os princípios e diretrizes das políticas públicas, sendo que tais vivências têm me suscitado questionamentos a respeito do sistema político instaurado na contemporaneidade, da própria construção das políticas públicas, da intermediação ética, da práxis da gestão pública, dos direitos humanos e, acima de tudo, o papel da psicologia frente a esse contexto.

Antes mesmo de concluir a formação em psicologia, compreendia que a atuação do psicólogo deve ser de envolvimento, deixando de responder aos anseios das elites de adaptar, controlar, higienizar, diferenciar e categorizar indivíduos, práticas tão presentes ao longo do desenvolvimento da psicologia. Compreendia ainda que, no campo das políticas públicas, o psicólogo precisa ser protagonista de suas ações, rompendo com as disfunções da burocracia e questionando as práticas tidas como únicas e verdadeiras, que muitas vezes impedem a construção da verdadeira práxis psicológica.

Ao concluir a formação em psicologia e ao inserir-me mais diretamente nos campo das políticas públicas, pude perceber que minhas percepções não estavam erradas e que vão ao encontro dos principais referenciais teóricos sobre o tema na atualidade. Porém, pude sentir o quão desafiante é promover mudanças e por em prática aquilo que acreditamos. Na proposição de novas práticas, especialmente no campo das políticas públicas, ainda nos deparamos com muitas dificuldades, que muitas vezes começam na formação e se reproduzem na prática cotidiana.

A psicologia muitas vezes se afastou e continua se afastando da discussão política e o campo de políticas públicas é um espaço onde a disputa política é cotidiana. Portanto, se por um lado foi (e continua sendo) desafiante inserir a psicologia no âmbito das políticas públicas, agora, a atenção volta-se também à forma de intervenção. Fato é que a psicologia tem uma relação com o cenário das políticas públicas, e começa a colocar em questão, assim como outros trabalhadores da área social, a sua contribuição. Isso significa que atuar na área das políticas públicas demanda o levantamento de questões acerca da relação da psicologia com a construção e o desenvolvimento de políticas públicas.

Dissertar sobre o entrecruzamento psicologia e políticas públicas nos direcionou à práxis da psicologia. As políticas públicas são tema de discussão em diversos níveis de entendimento, desde o senso comum até as teorias políticas. A psicologia, igualmente, é tema de estudos, com uma vasta discussão em pesquisas e artigos, seja como ciência que estuda o comportamento e os processos psicológicos, seja como o exercício da profissão.

O campo das políticas públicas a que nos referimos neste trabalho é o das políticas públicas de cunho social, considerando a necessidade de que a psicologia componha o conjunto de práticas e saberes que são responsáveis pelo trabalho social que vai oportunizar direitos sociais, em uma perspectiva democrática de proteção social como direito universal. Esse campo é aqui tomado como fenômeno social, pois se trata de um espaço no qual, de maneira privilegiada, se encontram múltiplos aspectos da vida social, os quais ocorrem em função de condições objetivas determinadas, sociais e históricas, e, ao mesmo tempo, em função das subjetividades produzidas dialeticamente na relação com a objetividade.

É importante frisar que a utilização dos termos “psicologia” e “políticas públicas” de forma separada não tem a intenção de compreender estes campos de forma dicotômica. Afinal, compreendemos que não são áreas ou campos puramente distintos. A psicologia torna-se uma política pública no momento em que suas ações estão a serviço das pessoas, no sentido de assegurar determinado direito de cidadania de forma difusa ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.

A psicologia, em sua abordagem histórico-cultural, pode contribuir com a atuação nesse campo social, por meio da investigação da dimensão subjetiva aí presente, considerando-se sua historicidade. A formulação de políticas públicas pressupõe determinados sujeitos e subjetividades a serem por elas contemplados. Isso, entretanto, nem sempre é evidenciado.

Assim, iniciamos este estudo desenvolvendo uma revisão bibliográfica. No primeiro capítulo enfatizamos a dimensão subjetiva das políticas públicas. Nessa reflexão, defendemos que o resgate da subjetividade, a partir de uma perspectiva histórico-cultural, torna-se fundamental na compreensão e no desenvolvimento de políticas públicas, pois ela “representa uma produção de sentido inseparável do contexto e das formas complexas de organização social que estão por trás dos vários espaços de ação social” (González Rey, 2012, p. 125).

No segundo capítulo refletimos sobre a relação da psicologia com as políticas públicas. Nele, refletimos com Gonçalves (2013), Martínez (2007; 2013), Yamamoto (2004), Pulino (2010), Pedroza (2003), Vázquez (2011), Martín-Baró (2007) dentre outros, sobre alguns pressupostos históricos da formação e atuação de psicólogos no campo das políticas

públicas, bem como sobre a práxis da psicologia nas políticas públicas frente à configuração de diferentes espaços de atuação.

Na terceira parte abordamos as políticas públicas à luz da ética do cuidado. Vimos que pensar em políticas públicas na perspectiva da ética do cuidado significa considerar os cidadãos comprometidos com o ato de cuidar da vida, em todas as fases, pensando no hoje e nas próximas gerações. Compreende-se que é preciso atenção à dimensão ética do processo de produção e divulgação do conhecimento, da exclusão social gerada pela desigualdade, das relações de poder envolvidas e na forma como isso interfere na vida do cidadão (Boff, 2002; Pulino, 2008, Braunstein, 2012).

Essas questões nos motivaram a adotar a epistemologia qualitativa como metodologia de pesquisa, teoria elaborada por González Rey, por esta embasar-se na perspectiva da compreensão do caráter subjetivo do próprio processo de construção do conhecimento que acontece no decorrer das investigações. Da mesma forma, compreendendo que o processo de análise deve estar coerente com os pressupostos epistemológicos assumidos na pesquisa, e que na compreensão e análise das informações deve-se manter coerência com a epistemologia escolhida para a análise dessa pesquisa, optamos pela análise de conteúdo (Bardin, 2009), considerando que esta mantém relação com a epistemologia qualitativa.

Desse modo, desenvolvemos a análise e discussão a partir de quatro categorias que foram construídas em função dos objetivos da pesquisa e dos relatos dos participantes: 1) Qualificações para atuar com políticas públicas; 2) A relação entre psicologia e políticas públicas; 3) O papel do psicólogo no desenvolvimento de políticas públicas; 4) Desafios a serem enfrentados pela psicologia na sua práxis com as políticas públicas.

Acreditamos que no campo das políticas públicas, o olhar crítico, construtivo e comprometido com a transformação da realidade se evidencia como especialmente necessário. Nesse contexto, em que muitas mudanças são imprescindíveis, o psicólogo pode se constituir num importante elemento de transformação na sua condição de sujeito ativo, criativo e inovador.

2. A DIMENSÃO SUBJETIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir de uma perspectiva sistêmica e processual orientada pela Teoria da Subjetividade de González Rey (2003; 2006; 2012), analisaremos a dimensão subjetiva presente no campo das políticas públicas.

Defendemos que o resgate da subjetividade, a partir de uma perspectiva histórico-cultural, torna-se fundamental na compreensão da produção de sentidos a todos os processos e formas de organização da atividade humana – aqui com ênfase nas políticas públicas –, pois a subjetividade “representa uma produção de sentido inseparável do contexto e das formas complexas de organização social que estão por trás dos vários espaços de ação social” (González Rey, 2012, p. 125).

A Teoria da Subjetividade é uma teoria que busca compreender a subjetividade reconhecendo o valor da história e da cultura, possibilitando, a partir disso, um olhar para os diferentes processos singulares de vida. Mais especificamente, a teoria permite: (a) compreender que a subjetividade é um sistema complexo, dinâmico e em permanente mobilidade; (b) conceber o sujeito que ensina e que aprende constituído na inter-relação tensa e contraditória entre a subjetividade individual e a subjetividade social; (c) produzir continuamente novos sentidos subjetivos capazes de entrar no sistema de configurações subjetivas; (d) possibilitar a reconfiguração subjetiva e as mudanças nos núcleos das configurações subjetivas (Rossato & Martínez, 2013).

Para González Rey (2012), a subjetividade foi afastada do vocabulário das ciências sociais a partir da filosofia moderna. A reificação do subjetivo como natureza humana foi negada por várias perspectivas durante o século XX. A exclusão da subjetividade também passou pelo domínio da ciência que, por um lado, associou o termo com erro e distorção e, por outro, possibilitou uma significação que separou a experiência subjetiva interna e o mundo objetivo externo (González Rey, 2003; 2012).

Tais concepções, firmadas pela ciência e pela filosofia moderna, cumpriram um papel ideológico. Fundamentaram as teorias ideologizadas, seja a serviço de normatizações e regras sociais, seja a serviço da diversidade individual, de projetos individuais e momentâneos.

Em oposição às tendências pós-modernas orientadas para as construções parciais e contextuais, a Teoria da Subjetividade direciona-se para o desenvolvimento de uma teoria psicológica articulada com problemas que se desenvolveram de forma parcial e fragmentada, como a questão das emoções, da motivação, da personalidade e tantas outras. É, ao mesmo tempo, uma teoria psicológica geral que permite construções teóricas sobre problemas que estiveram ausentes da psicologia, tais como a subjetividade social, os aspectos subjetivos dos movimentos sociais e políticos, através de perspectivas que, longe

de serem excludentes, se complementam. Tais questões colocam-se como fundamentais na reflexão em torno das políticas públicas.

Molon (2003) lembra que Vygotsky propôs uma compreensão dialética da relação entre o indivíduo e o contexto histórico. A autora destaca que segundo Vygotsky, as origens dos processos psicológicos complexos devem ser encontradas nas relações sociais que o indivíduo estabelece com o contexto social no qual está inserido. Destaca que uma importante contribuição de Vygotsky no que se refere à dimensão subjetiva é a de que o sujeito não é um mero efeito do contexto social, isso porque, sem negar que a subjetividade se constitui nas condições concretas de existência, o autor ressalta que o sujeito é “quase social”, ou seja, que o processo de conversão das relações sociais em funções psicológicas é singular.

De acordo com os princípios da psicologia vygotskyana, o ser humano se forma a partir da apropriação dos múltiplos sentidos e significados presentes nas relações intersubjetivas. Estes o constituem como sujeito e medeiam seu modo de pensar, sentir e de agir no mundo; portanto, ele é uma síntese inacabada das múltiplas relações que estabelece com a cultura e a sociedade, a partir de um processo histórico-cultural (Vygotsky, 1984; 1995).

Nessa perspectiva, González Rey (2012) afirma que o conceito de sentido, introduzido na psicologia por Vygotsky, rompe com a compreensão desfigurada de subjetividade. A categoria sentido permite visualizar a especificidade da psique humana, romper com a dicotomia interno-externo e incorporar um atributo ao social, o caráter subjetivo dos processos sociais. A subjetividade deixa de ser compreendida como um oposto ao objetivo, e assim possibilita a análise qualitativa da objetividade nos sistemas humanos produzidos culturalmente.

A subjetividade é inseparável das necessidades que ela gera no curso de sua história. Ela é um macroconceito que integra os complexos processos e formas de organização psíquicas que estão envolvidas na produção de sentidos subjetivos. “A subjetividade se produz sobre sistemas simbólicos e emoções que expressam de forma diferenciada o encontro de histórias singulares de instâncias sociais e sujeitos individuais, com contextos sociais e culturais multidimensionais” (González Rey, 2012, p. 137).

Conforme Maciel e Pulino (2008, p. 74), “(...) as pessoas que vivem numa determinada cultura, num determinado momento histórico, compreendem o mundo de uma determinada maneira”. O indivíduo organiza e significa suas atitudes, seus pensamentos e os sentimentos de acordo com valores e realidades definidos por essa cultura. Ele torna-se “ser humano”, quando imerge em novos saberes, estilos, tecnologias, ideologias, e interage com outros padrões de comportamento.

De acordo com o entendimento de Rossato e Martínez (2013), o desenvolvimento da subjetividade acontece quando diferentes processos de subjetivação – subjetividade social, personalidade, sujeito – são capazes de integrar-se de forma recíproca, ou seja, quando é possível analisar a subjetividade social, a personalidade e o sujeito de forma individualizada e relativamente independente. Acrescentam que a análise do desenvolvimento da subjetividade exige adentrar no movimento que um é capaz de promover no outro.

A subjetividade permite uma reconstrução não só da psique individual, como também das várias formas de produção psíquica, próprias dos cenários sociais em que vivemos, assim como também da própria cultura. Para González Rey (2012, p. 125),

[...]a cultura é uma produção subjetiva que expressa as condições de vida do homem em cada momento histórico e em cada sociedade concreta, mas que constitui uma produção diferenciada que indica precisamente o curso dos processos de subjetivação que orientaram a ação humana em cada época e ambiente em que essa ação foi realizada.

Compreende-se, assim, que a dimensão subjetiva envolve aspectos decorrentes da presença, nos fenômenos da realidade, de indivíduos que são sujeitos. Trata-se de um enfoque que aborda os fenômenos psicológicos enquanto subjetividade constituída na relação com a objetividade. Por isso nunca são fenômenos apenas individuais ou isolados; são sociais, históricos, culturais... Portanto, não são somente intrapsíquicos.

Nessa perspectiva, Gonçalves (2013) defende que a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais implica a compreensão de que a subjetividade deve referir-se ao indivíduo, sem desconsiderar o coletivo, o grupo, as relações e o espaço social. Por isso, a relação indivíduo-sociedade é um foco importante e é tomada aqui em uma perspectiva que pretende superar a tradicional dicotomia existente nas análises dessa relação no campo da psicologia. Para a autora, essa superação começa pela concepção de indivíduo que se adota e pela consideração das implicações dessa concepção em suas implicações a determinados campos de investigação e intervenção.

Os sistemas humanos – tanto o indivíduo como os vários espaços sociais em que este se constitui – são produtores de sentido, já que são capazes de produzir realidades a partir dos sentidos dominantes em suas culturas, suas histórias, seus valores, suas necessidades, seus mitos e suas crenças. Essa produção de sentidos subjetivos ultrapassa a capacidade imediata de conscientização da pessoa e as emoções imediatas que atuam como causas concretas. O processo de configuração de um sentido subjetivo é um processo histórico, mediato, em que a expressão comportamental é o resultado de uma longa evolução de elementos diferentes nos diferentes contextos (González Rey, 2006; 2012).

Corroborando essa ideia, Maciel e Pulino (2008) defendem que os significados ligados aos sistemas simbólicos criados pelo ser humano são significados compartilhados

por determinado grupo cultural. As pessoas organizam e significam suas ações, sentimentos e pensamentos, de acordo com os parâmetros dados por essa cultura, de modo que o indivíduo não é uma unidade isolada, mas uma síntese de uma rede de múltiplas determinações: biológicas, históricas, sociais, econômicas, culturais e psicológicas.

Nesse sentido, defendemos que a subjetividade se produz de forma simultânea nos diferentes espaços da vida social. Isso faz com que o indivíduo, subjetivamente constituído ao longo de sua história, desenvolva processos de subjetivação em cada uma de suas atividades e que os diferentes sentidos subjetivos produzidos em cada uma dessas atividades constituam subjetivamente as outras, em um processo dialético de permanente integração, organização e mudança. Esse fato muda completamente a maneira fragmentada e estática pela qual estudamos as diferentes atividades humanas e os processos que envolvem as políticas públicas.

Acreditamos que esses contextos, que incluem os diferentes lugares de produção de políticas públicas, aparecem como contextos produtores de sentido das histórias e processos de subjetivação daqueles espaços sociais em que a ação social se produz. O processo de produção de políticas públicas contempla a subjetividade, que se reflete através das relações entre pessoas procedentes de diferentes espaços sociais e que se organizam através de códigos sociais e morais.

Gonçalves (2013) considera que as políticas públicas implicam aspectos subjetivos pertencentes a sujeitos históricos, constituídos na relação dialética do indivíduo com a realidade. Elas representam um espaço de promoção de direitos, na direção da superação das desigualdades sociais, configurado historicamente na dinâmica de relações entre o Estado, a sociedade, a economia e os indivíduos que, de formas diversas e nem sempre claras, expressam a relação das classes sociais.

As condições históricas de nossa sociedade acenam subjetividades diferentes, considerando-se que compreendemos sua constituição como decorrente de processos multideterminados, complexos e carregados de historicidade. Visões universais, naturalizadas e padronizadas sobre os indivíduos e sua subjetividade não retratam os fenômenos da realidade com os quais se lida no campo das políticas públicas (Gonçalves, 2013).

Conforme Gonçalves (2013, p. 6),

[...]a desconsideração do caráter histórico das experiências subjetivas pode ocasionar a elaboração de políticas públicas que falam de um indivíduo ilusoriamente universal e, com isso, mascara-se a desigualdade social e o que a produz. Ou que falam de um indivíduo individual e único, incapaz de compartilhar espaços e vivências. Em ambos os casos, o resultado é a manutenção da desigualdade e da situação que a produz.

Nesse sentido, a psicologia auxilia na compreensão sobre quem é o indivíduo atendido pelas políticas públicas. E, na tentativa de romper com explicações a-históricas e dicotômicas sobre a dimensão subjetiva, ela ajuda a compreender que os dois campos, o social e o subjetivo, não podem ser tratados de maneira oposta.

Conforme concebe Martínez (2015), uma das principais contribuições do psicólogo frente às políticas públicas relaciona-se com a promoção das mudanças necessárias na subjetividade social. Atuar em relação aos processos da subjetividade nas suas diferentes formas de expressão constitui a especificidade do trabalho do psicólogo como parte da equipe multiprofissional.

Compreendemos que as políticas públicas são fruto de um determinado desenvolvimento histórico. Assim, a psicologia, ao formular explicações e orientações para a intervenção, deve levar em conta a produção histórica da subjetividade. A ação do psicólogo, assim como de qualquer outro profissional, é sempre posicionada.

Nessa linha, Gonçalves (2013) defende que a psicologia, quando orientada por uma perspectiva naturalizadora, acaba tratando o indivíduo e as políticas públicas de maneira descontextualizada, como se houvesse processos universais prontos e acabados e, dessa forma, desconsidera a produção dos processos psicológicos e os naturaliza.

As políticas públicas produzem mudanças na sociedade, seja na sua estrutura, nas suas formas de funcionamento ou na configuração da sua subjetividade. O desafio consiste em favorecer mudanças que efetivamente contribuam para a obtenção dos resultados desejados e que não se constituam apenas em mudanças “cosméticas”, que inclusive podem representar uma negação dos fundamentos da política (Martínez, 2007).

Assim, para identificar a dimensão subjetiva, é importante atentar para os aspectos psicológicos que fazem dos indivíduos envolvidos nas políticas públicas, neste momento histórico, sujeitos históricos. Trata-se de considerar a forma como os indivíduos percebem o mundo a sua volta; como se orientam nele; como ocorre o processo de produção; como se relacionam. Ou seja, tais aspectos referem-se ao pensamento, à vontade, às emoções, à linguagem, ao comportamento, ou seja, a processos subjetivos (Gonçalves, 2013).

Rossato e Martínez (2013), ao articular a teoria da complexidade de Edgar Morin com a Teoria da Subjetividade de González Rey, defendem que o desenvolvimento de um sistema (subjetividade) ocorre por forças que incluem o funcionamento do próprio sistema. Com isso, compreendem que no funcionamento dos sistemas o foco de análise está na estrutura organizacional, e quanto maior sua complexidade, mais ordem e desordem tendem a estar intimamente ligadas.

Tais considerações nos ajudam a entender que os diferentes processos envolvidos na elaboração e desenvolvimento de políticas públicas, nem sempre revelam ou explicitam a inerente subjetividade. “Na verdade, uma das características da dimensão subjetiva é sua

presença dissimulada e encoberta por aspectos ‘objetivos’, de acordo com critérios oriundos da racionalidade e da naturalização” (Gonçalves, 2013, p. 28).

Intervenções no campo das políticas públicas requerem o reconhecimento da dimensão subjetiva dos fenômenos da realidade. Isso permitirá superar ações calcadas em concepções naturalizantes, que abstraem os indivíduos e as políticas públicas de seu contexto. Ou se perdem em leituras, também abstratas, da realidade social, ao presumir um “endeusamento” das leis como sendo princípios universais, corretos e acabados, que agem sobre indivíduos passivos.

Assim, no viés da Teoria da Subjetividade de González Rey, consideramos essencial o papel da psicologia frente à possibilidade de intervir sobre sistemas de produção de sentidos subjetivos que escapam. Como bem destacou González Rey (2012, p. 127), “é imprescindível para a psicologia começar a trabalhar com espaços que até o momento, diante da hegemonia de uma visão fragmentada de objeto, foram totalmente desprezados, como a saúde, a escola, as prisões, enfim as mais diversas instituições de uma sociedade concreta. Todos os espaços de produção social são cenários para o estudo da subjetividade social”.

3. PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo apresentamos uma breve análise da relação da psicologia com o campo das políticas públicas. Não se trata de resgatar a história da psicologia brasileira nesse campo, mas, a partir de um delimitado referencial teórico, discutir algumas questões que envolvem dois aspectos principais: 1) alguns pressupostos históricos da formação à profissionalização de psicólogos no campo das políticas públicas; 2) alguns apontamentos sobre a práxis da psicologia nas políticas públicas frente à configuração de diferentes espaços de atuação.

Entendemos que tais questões nos ajudam a compreender o como e o porquê da psicologia se situar no campo das políticas públicas de determinadas maneiras; o porquê da produção de práticas hegemônicas em termos teóricos e metodológicos. Isso nos permite também identificar e analisar ações que buscam controlar, enquadrar e adaptar indivíduos às maneiras como a sociedade capitalista vai se configurando em nosso país, bem como identificar expressões teóricas que apresentam concepções naturalizantes e normalizadoras das subjetividades.

3.1 Da formação à profissionalização de psicólogos no campo das políticas públicas

Conforme dados da pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP/CREPOP, 2011), 83,9% dos psicólogos consideram a sua atuação profissional inserida no campo das políticas públicas. Este é um dado importante, que marca o compromisso dos profissionais com questões mais coletivas, com a defesa de direitos e o reconhecimento do âmbito público como espaço de atuação. Esse fato aponta também para um novo perfil profissional, já que a profissão foi historicamente caracterizada como elitista, sem atuação no espaço público e com uma visão descontextualizada dos fenômenos sociais (Bock, 2009; Gonçalves, 2013).

Mas, como acontece essa atuação frente às políticas públicas? Os psicólogos estão preparados para assumir tais funções? Qual seria a formação necessária para que os psicólogos possam enfrentar os desafios impostos e tornem-se importantes atores no desenvolvimento de políticas públicas? A quem cabe proporcionar essa formação? Quais são as principais dificuldades para uma melhor formação? Essas e outras perguntas nos convidam a analisar e problematizar a formação básica e continuada dos psicólogos.

De acordo com autores como Antunes (2008), Gonçalves (2013) e Bock (2009), no Brasil, a psicologia surgiu e se manteve durante muitos anos como área de produção de conhecimento e de atuação profissional comprometida com a ideologia dominante e com as elites do País. Nesse processo, estiveram presentes teorias que respondiam aos anseios das elites de controlar, higienizar, diferenciar e categorizar indivíduos.

As práticas psicológicas que ligam o diagnóstico, a higienização, a patologização e a adaptação dos indivíduos a normas previamente estabelecidas estiveram ancoradas a modelos biomédicos que reduzem a compreensão de fenômenos complexos e multideterminados a questões de ordem biológica e individual, culpabilizando indivíduos e retirando a responsabilidade do Estado no desenvolvimento de políticas públicas capazes de solucionar o minimizar as dificuldades que acometem a população brasileira (Antunes, 2008).

Embora houvesse significativos avanços, ainda há enormes desafios a serem superados. Conforme entende Guarido (2010), o contexto atual ainda é marcado pela homogeneização dos sujeitos e pela captura daqueles que não se enquadram em determinados padrões considerados normais, mediante a prática da medicalização da vida, que opera como uma estratégia biopolítica de controle da população. Para a autora, frente a esse cenário, é preciso que a psicologia desenvolva uma base teórica sólida e pressupostos teórico-metodológicos de atuação profissional consistente.

Análises críticas da história da psicologia no Brasil (Bock, 2009; Gonçalves, 2013; González Rey, 2003) também evidenciam como a formação dos profissionais influenciou e continua influenciando as suas ações, seja nas definições teóricas que predominam, nos

procedimentos e instrumentos utilizados, seja nas práticas desenvolvidas e nos setores em que se encontram ou mesmo na compreensão do seu papel enquanto profissionais. Tais análises evidenciam o caráter ideológico presente no processo de formação, suas contradições e os compromissos que expressa (Bock, 2009).

Na visão de Lisboa e Barbosa (2009), é possível identificar um ponto em comum nas discussões sobre formação: uma insatisfação a respeito da formação profissional do psicólogo, tendo em vista esta ser deficitária tanto em relação a questões técnicas quanto a questões epistemológico-científicas. Já Figueiredo (2008) considera que a multiplicidade teórica, metodológica e filosófica também é um dificultador para a articulação desse campo de saber.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2012, p. 7) também reconhece que existe uma defasagem ético-política na formação teórica e técnica dos psicólogos em relação às demandas sociais, o que tem gerado um abismo entre “o que se produz na pós-graduação, o que se implementa na graduação e o que se desenvolve na prática”. A autarquia federal problematiza que a ausência de um projeto ético-político da profissão que fundamente as diretrizes curriculares nacionais influencia no estabelecimento desse problema, bem como na percepção de uma realidade mais abstrata que concreta e na atuação do psicólogo mais como um mantenedor do *status quo* do que como um agente de mudança.

De qualquer forma, é preciso reconhecer que a profissão de psicólogo no Brasil é recente. A regulamentação da profissão ocorreu somente com a Lei n. 4119, de 27 de agosto de 1962. Então, neste período de 55 anos ocorreram transformações significativas na profissão e uma ampliação no escopo das ações desenvolvidas por psicólogos, bem como nas teorias e técnicas que orientam essas práticas, e que a interface entre psicologia e políticas públicas tem se ampliado muito nas últimas décadas. Acontecimentos diversos influenciaram as transformações que ocorreram na psicologia ao longo do tempo. Dentre esses, vale destacar as significativas mudanças políticas que o processo de redemocratização do Brasil possibilitou, como, por exemplo, a criação de espaços públicos que permitiram maior participação da sociedade civil e o envolvimento de profissionais das diferentes áreas nas discussões e no desenvolvimento das políticas públicas (Yamamoto, 2004; Gonçalves, 2013).

Dagnino (2004) destaca que a Constituição Federal de 1988 é um marco formal que consagrou o princípio de participação da sociedade civil e possibilitou a participação dos cidadãos na administração pública através dos conselhos gestores de políticas públicas nas diversas áreas, como saúde, educação, cultura, entre outros.

Gonçalves (2013) lembra que no Brasil, em cuja história recente tivemos a elaboração de uma “Constituição Cidadã”, vive-se de forma particular este momento de questionamentos das bases do Estado do Bem-estar Social. A referida Constituição está

ainda por ser posta em prática, por meio da criação dos dispositivos legais e institucionais que permitam a plena aplicação dos princípios nela preconizados. Para a autora, o campo das políticas públicas sociais envolve, nesse período recente, a contradição de ter referências constitucionais para sua ampliação e para a criação de sistemas de garantia de direitos e, ao mesmo tempo, enfrentar as investidas neoliberais que retardam, quando não impedem, o avanço das conquistas sociais.

Rosa, Luzio e Yasui (2001), corroborando essa ideia, afirmam que tais avanços provocaram mudanças no contexto nacional e os cidadãos avançaram na conquista de espaços de participação nas políticas públicas. Para os autores, diferentes categorias profissionais passam a se posicionar e se envolver no campo das políticas públicas, seja para defender interesses da categoria, seja para contribuir na elaboração, implementação e avaliação de programas e de políticas.

Reconhecemos que no âmbito da psicologia há muitos conhecimentos e muitas práticas que buscam romper com o viés normalizador, higienista e individualizante de ciência e de atuação profissional. Para Gonçalves (2013), o enfoque se volta cada vez mais à construção de referências com vistas a atuações profissionais comprometidas com a garantia dos direitos humanos e com o desenvolvimento de políticas públicas, numa perspectiva ético-política direcionada à potencialização do sujeito e ao reconhecimento de sua humanidade.

Além desses acontecimentos, as demandas dos diferentes contextos brasileiros foram fundamentais para que os psicólogos assumissem novas áreas no âmbito das políticas públicas. A reinvenção da prática diante das novas exigências foi importante para o desenvolvimento de um trabalho efetivo. Essas invenções e reinvenções aos poucos foram modificando o fazer psicológico nos seus diferentes espaços.

Foram tantas as transformações que permitiram a autores como Bock, Furtado e Teixeira (2009) falarem de “Psicologias”, no plural, para indicar a existência de uma diversidade de teorias e estratégias de atuação. Para esses autores, a ocorrência de significativas mudanças no contexto da psicologia brasileira não significa, porém, o rompimento com os moldes historicamente tradicionais, pois concepções tradicionais ainda permeiam as práticas e a formação em psicologia.

Pode-se afirmar, acompanhando ainda as reflexões de Martínez (2003; 2007), que a psicologia, como as demais ciências, é uma construção humana, e que tanto a produção quanto a utilização do conhecimento científico são expressões da concepção de mundo, da ideologia e dos valores dos sujeitos envolvidos.

Em relação à formação do psicólogo, Martínez (2007) apresenta as três teses que podem constituir o suporte necessário à sua atuação. São elas:

Tese 1: A formação inicial do psicólogo precisa ter como foco sua formação como sujeito: o psicólogo, na sua condição pessoal, constitui o eixo de sua ação profissional. É ele quem toma decisões, interage com os outros, aprende, produz ideias, forma representações da realidade e vivencia emoções, expressando sentidos subjetivos nas diferentes situações. Portanto, a formação do psicólogo como sujeito, com foco no seu caráter intencional, interativo, autônomo e criativo, constitui um objetivo essencial da sua formação: um sujeito que expresse seu caráter ativo na capacidade de questionar e de problematizar a informação que recebe e a realidade em que está inserido, de se questionar, e de se perguntar sobre seu papel e sobre sua ação, um sujeito capaz de produzir ideias e de planejar ações em correspondência com as variadas e complexas situações em que tem que desenvolver sua ação profissional.

Nessa perspectiva, sem negar o papel do conhecimento no desenvolvimento, Martínez (2007) destaca que o desenvolvimento dos elementos que caracterizam o sujeito psicológico – intencionalidade, autonomia, capacidade de reflexão, capacidade de tomar decisões, produção criativa e personalizada – não depende essencialmente do conhecimento transmitido, mas da inserção dos sujeitos em espaços sociorrelacionais que, por sua diversidade e complexidade constitutiva, favoreçam a constituição de tais características. O caráter passivo-reprodutivo que caracteriza a formação inicial dos psicólogos pouco contribui para o desenvolvimento do caráter produtivo, criativo e autônomo que a prática profissional demanda.

Tese 2: A formação inicial deve estar direcionada ao desenvolvimento de representações abrangentes da complexidade do funcionamento psicológico, tanto na dimensão individual quanto na social: Martínez (2007) defende que o delineamento curricular tradicional por disciplinas, expressão da fragmentação do próprio conhecimento psicológico, sem espaços de integração nem de interdisciplinaridade no próprio interior da psicologia, não só não favorece como dificulta a construção de representações gerais que sirvam como marco para compreender a ação dos indivíduos em situações ou espaços sociais complexos. Assim, deixa-se a responsabilidade da integração do fragmentado ao profissional isolado, o qual tem que enfrentar os desafios da prática com um conjunto de conhecimentos desconexos e descontextualizados que dificilmente pode integrar numa representação própria que não foi facilitada no seu processo de formação. Perante essa dificuldade e sem ter consciência disso, muitos utilizam as representações sociais dominantes para orientar sua atuação profissional.

No entendimento de Martínez (2007), a solução não é encher os cursos de formação inicial ou continuada com disciplinas que abordem questões sociais, mas sim trabalhar intencionalmente em prol da sensibilidade, da responsabilidade e da orientação para o

estudo, de forma tal a contribuir para que o futuro psicólogo procure, de forma autônoma, a formação complementar necessária para sua inserção no campo de seu interesse.

Tese 3: A formação continuada é uma responsabilidade do próprio psicólogo e o auto-didatismo sua principal forma de expressão: para a autora, um dos principais aspectos na formação do psicólogo é o desenvolvimento de seu compromisso com um trabalho profissional de qualidade e socialmente responsável. Isso implica seu envolvimento em uma formação permanente que lhe permita aprimorar sua prática, enxergar novos problemas e assumir novos desafios.

A formação e o desenvolvimento do sujeito, se bem acontece pela sua participação em espaços institucionalmente organizados para esse fim, também acontece pelas suas reflexões, ações e decisões sobre sua própria ação, e pelos diferentes espaços e alternativas que ele procura e cria. A formação permanente do psicólogo é uma responsabilidade própria como sujeito, responsabilidade pela representação que tem de suas carências e necessidades em função das demandas que lhe são colocadas e de seus projetos profissionais, e pelas decisões que está disposto a tomar perante as necessidades de trabalho que identifica (Martínez, 2007).

A constituição do ser profissional exposta por Pedroza (2003, p. 59) referente ao professor, aqui pode ser estendida ao psicólogo:

[...]acreditamos que o 'ser profissional' se constitui historicamente na apropriação das experiências práticas e intelectuais, dos valores e normas que regem o cotidiano pedagógico e de todas as relações no interior e no exterior da vida escolar. O professor se constitui nas relações sociais que se estabelecem entre ele e seus pares, seus alunos, suas leituras, sua família, seu lugar na sociedade etc.

Nesse sentido, Figueiredo (2008) propõe que a formação do psicólogo não pode se limitar a questões técnicas e teóricas; é preciso atenção na formação da pessoa do profissional. Para tanto, é preciso superar a lógica que dicotomiza pessoal e profissional, pois ambas são dimensões intrínsecas ao processo dialético do ser psicólogo. A autora propõe que a preparação do psicólogo aconteça a partir de dois eixos equilibrados e articulados: formação e treinamento. O treinamento estaria mais relacionado ao desenvolvimento de habilidades e técnicas. Já a formação é pensada por uma matriz que possibilitaria a constituição de um ser psicólogo, elucidando que:

Ser-psicólogo é, por exemplo, saber lidar com a multiplicidade sem recorrer às mais fáceis respostas à angústia que sempre nos acomete quando nos defrontamos com o indeterminado: o dogmatismo e o ecletismo (...). Mas ser-psicólogo é também ocupar espaços e posições para lidar com alteridades, o que nos remete à dimensão ética e política de nossa profissão. Em outras palavras, ser-psicólogo, independente das escolhas teóricas de cada um, implica em situar-se nos campos da epistemologia e da ética, não

sendo jamais apenas um feixe de habilidades técnicas. (Figueiredo, 2008, p. 151-152).

Partindo das definições de Guareschi (2003), é possível afirmar que uma nova ética e um maior compromisso social estão presentes nas ações que esses psicólogos procuram desenvolver quando atuam em políticas públicas. Os paradigmas nos quais pautam essas ações também parecem passar por transformações e exigir deles novas posturas para as quais, no entanto, nem sempre há suficiente preparo, seja no plano técnico, seja no plano pessoal.

Tais considerações referentes à formação do psicólogo revelam, assim, os desafios colocados a cada um dos profissionais de olhar para seu próprio processo de desenvolvimento humano e compreender os sentidos e configurações que constituem sua práxis e que são, ao mesmo tempo, constituídos por ela.

Desse modo, compreendemos ser fundamental uma perspectiva ética e crítica a respeito da formação dos psicólogos frente à atuação em políticas públicas. Pensar nessa formação é refletir também em como construir espaços de fala e de escuta diferenciados que permitam elaborações psíquicas e tomadas de consciência frente ao processo de desenvolvimento humano desses profissionais.

Concordamos com as reflexões de Pulino (2010, p. 156) sobre a proposta de formação pessoal de professores, também pensadas aqui para os psicólogos:

A Psicologia que aqui estamos delineando como nossa escolha tem como desafio desenvolver uma escuta do professor em sua singularidade, considerando suas vicissitudes pessoais, sua história de vida, seus desejos e proposta de vida. Não estamos interessados, aqui, numa Psicologia que tenta 'formar' o educador ideal, que julga aquilo que é importante que o professor saiba e como deve agir para educar bem os seus alunos.

Defendemos ainda a necessária articulação dialética entre sujeito, subjetividade e personalidade proposta pela psicologia histórico-cultural (Vygotsky, 1984; 1995; González Rey, 2003; Martínez, 2003) e, da mesma forma, ressaltamos a importante contribuição do materialismo dialético, para a visão dinâmica e processual do desenvolvimento humano e para a compreensão da personalidade combinada às relações sociais.

3.2 A práxis da psicologia nas políticas públicas frente à configuração dos diferentes espaços de atuação

Vázquez (2011) compreende que a práxis pode se apresentar de duas formas distintas: práxis reiterativa ou práxis criadora. A primeira seria aquela que segue alinhada às leis traçadas *a priori* e cujos produtos seguem em conformidade com o desenvolvimento

social. A segunda, por sua vez, questiona as leis previamente determinadas e resulta em um produto novo e único.

A práxis reiterativa (ou imitativa) segue num nível inferior em relação à práxis criadora. Basicamente, nesse tipo de práxis, o subjetivo se dá como uma espécie de modelo ideal, uma espécie de cópia ou duplicação, uma racionalidade na qual o ideal parece imutável, pois já se sabe por antecipação, antes da própria realização, o que se pode fazer e como fazer e, dessa forma, “como se conhece a priori essa lei, basta repetir o processo prático quantas vezes o queira e obter tantos produtos análogos quantos desejarmos” (Vázquez, 2011, p. 258).

Por outro lado, a práxis criadora (ou revolucionária) se traduz na produção ou autocriação do próprio homem, e que neste contexto ela “é determinante, já que é exatamente ela que lhe permite enfrentar novas necessidades, novas situações” (Vázquez, 2011, p. 247).

A noção de práxis é apresentada como o resultado do movimento entre teoria e prática que se dá a partir de um processo dialético, colocando-se a possibilidade transformadora como exigência da reflexão teórica. A práxis criadora questiona as leis previamente determinadas e resulta em um produto novo e único, em detrimento da práxis reiterativa (reacionária, que segue em conformidade com o desenvolvimento social).

Para Vázquez (2011), o processo de mudança educativa de uma sociedade mediada pela práxis criadora deve inicialmente reconhecer o momento histórico e as condições dadas para a sua realização. Para isso, é preciso ultrapassar o estágio de dominação do elemento econômico e ir em direção ao ético-político defendido por Gramsci. Esse movimento dialético condiz com o que o marxismo explicita para sua práxis: a consciência não determina a vida, mas a vida é que determina a consciência. Dessa forma, a práxis transformadora deve orientar novas ações educativas, de modo a articulá-la a uma filosofia emancipatória e relacionada à complexidade da vida social.

Na perspectiva de Vázquez, Sílvia Lane compreende que é no materialismo histórico e dialético onde estão os pressupostos epistemológicos para a reconstrução do conhecimento “que atenda à realidade social e ao cotidiano de cada indivíduo e que permita uma intervenção efetiva na rede de relações sociais que define cada indivíduo” (Lane, 2004, p. 16).

Lane e Sawaia (1991, p. 59) sintetizam a práxis da psicologia da seguinte forma:

Entender o movimento de consciência dos indivíduos, que se dá em relação às atividades que eles desenvolvem em interação com outros indivíduos, conhecer os processos grupais que produzem as identidades pessoais e ao mesmo tempo produzem um sentido “nós”, através da cooperação e da compreensão de determinantes histórico-sociais é a tarefa que compete à Psicologia, tornando a sua

práxis em um movimento de conscientização social e de atividades transformadoras da sociedade.

Deste modo, a práxis da psicologia nas políticas públicas passa pela configuração de diferentes espaços de atuação que ainda estão sendo construídos, a partir de uma reflexão crítica sobre seu potencial e papel, bem como da sua imersão em diferentes contextos.

A inserção da psicologia nas políticas públicas ocorre de forma a tensionar alguns paradigmas vigentes reforçadores da concepção de que “as políticas públicas, por seu caráter abrangente, se fazem antagônicas à subjetividade e à singularidade” (Sawaia, 2009, p. 365).

Nessa perspectiva, a psicologia tem o desafio de contribuir para os processos subjetivos de emancipação e autonomia dos sujeitos por meio de políticas públicas que contemplam a subjetividade e a singularidade. De acordo com o entendimento de Saadallah (2007), o engajamento da psicologia nas políticas públicas deve ser pautado na emancipação humana, na garantia dos direitos fundamentais, na cidadania e, também, deve estar a serviço das lutas contra as injustiças, a pobreza e a violência. Da mesma forma, a psicologia não deve reforçar a tutela do Estado, a visão da caridade e a submissão dos sujeitos às políticas públicas.

Martínez (2007) e Gonçalves (2013) estão convictos de que a relação entre psicologia e as políticas públicas tem sido objeto de crescente reflexão por parte de muitos psicólogos. Conforme Gonçalves (2013), na literatura identificamos concepções críticas, produzidas a partir de concepções tradicionais da psicologia, que buscam alternativas inovadoras para a nossa sociedade. Também podemos identificar propostas de ruptura com modelos de atuação tradicionais, em busca de alternativas que coloquem a psicologia a serviço da maioria das pessoas, em atuações que permitam o engajamento dos indivíduos em ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população e, até mesmo, para a construção de uma nova sociedade.

Gonçalves (2013) explica que houve uma ausência da psicologia no campo das políticas públicas. Historicamente, a atuação dos psicólogos esteve bastante restrita à psicologia aplicada, executada em consultórios particulares, escolas e empresas, cujo acesso estava restrito àqueles que dispunham de recursos para custear o trabalho dos psicólogos. A presença da psicologia nas instituições sociais ocorreu inicialmente no século XIX, no interior da medicina, junto à psiquiatria, ainda de maneira auxiliar à medicina, numa perspectiva patologizante, na qual a psicologia era apenas secundária.

Porém, se até há pouco tempo o Estado autoritário e conservador não possibilitava o desenvolvimento de políticas públicas que objetivassem o desenvolvimento social; se a conjuntura do neoliberalismo solapou as conquistas sociais, que garantiam a presença de

um Estado forte; se essas situações ocorreram na história recente do Brasil, podemos dizer que a construção de uma sociedade democrática passa pela participação nos espaços públicos, em suas várias dimensões (Gonçalves, 2013).

Gonçalves (2013) sustenta que o que se busca é uma psicologia comprometida com as mudanças sociais, além daquelas trazidas pelo processo de redemocratização do país, em oposição a um Estado autoritário e de políticas assistencialistas. A presença da psicologia nas políticas públicas contribui não apenas no atendimento ao cidadão, como também na formulação e na implementação dessas políticas. Gonçalves (2013) considera que o olhar do psicólogo é capaz de compreender aspectos subjetivos que são constituídos no processo social e, ao mesmo tempo, constituem fenômenos sociais, possibilitando que tais políticas efetivamente garantam direitos humanos.

Podemos afirmar que a práxis dos psicólogos nas políticas públicas vem sendo uma realidade e o acúmulo de conhecimento e experiências construídas reflete o compromisso que a categoria construiu em defesa das políticas públicas.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que no Brasil existem experiências exitosas relacionadas com a presença da psicologia nas políticas públicas. No âmbito do Conselho Federal de Psicologia (CFP), por exemplo, há várias iniciativas para o debate e para a elaboração de dispositivos que permitam produzir ações consequentes ao debate, como: Seminários Nacionais de Psicologia e Políticas Públicas, Banco Social de Serviços de Psicologia; Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop, 2012).

De acordo com a visão de Gonçalves (2013), tais iniciativas contribuem significativamente para aquilo que defendemos: uma presença ativa da psicologia nas políticas públicas. Ainda de acordo com a autora, os debates têm ampliado a compreensão acerca do tema, junto a uma identificação cada vez mais clara e detalhada das possibilidades que a psicologia tem de responder a características e demandas desse campo. A presença de psicólogos atuando em políticas públicas tem se ampliado, ao mesmo tempo que se aprofunda a apropriação da categoria em relação aos aspectos que o campo envolve.

Para Gonçalves (2003, p. 279),

[...]a atuação em defesa da elaboração e implementação de políticas públicas de saúde, de educação, lazer, participação e organização popular, convivência social, circulação humana, proteção ambiental, segurança pública, nas quais a contribuição da psicologia é fundamental, pode expressar uma possibilidade de atuação transformadora e deve expressar essa posição, de defesa de uma psicologia voltada para as necessidades de nossa sociedade, acessível a todos, contribuindo para a emancipação das pessoas engajada na transformação social que leve à superação da desigualdade.

Já no final do século XX, Martín-Baró (2007), nesta perspectiva, apresenta a psicologia da libertação como um chamado à ação, um desafio para o desenvolvimento de uma prática e uma teoria, que têm como base a experiência de comunidades locais em que o psicólogo trabalha. A psicologia da libertação oferece a possibilidade de questionamento e crítica do que ocorre, estabelecendo compromissos com uma movimentação popular na direção de uma maior autonomia e perspectivas concretas de decisão e escolha da própria vida.

Transformar a realidade passa a constituir a principal proposta da psicologia da libertação, especialmente porque assume como objetivo a capacidade de ação de cada pessoa sobre a dinâmica de suas vidas na busca de dignidade, sempre associadas ao bem-estar de um coletivo. A miséria e a desigualdade são incompatíveis com o bem-estar de um coletivo e a psicologia da libertação se propõe a refletir sobre esta realidade e denunciá-la, mais do que tentar assimilá-la, incorporando às pessoas as responsabilidades sobre a situação. Conforme entendimento de Martín-Baró (2007), trata-se de dispor o conhecimento psicológico a serviço da construção de uma sociedade, em que o bem-estar de uns poucos não se assente sobre o mal-estar, a tragédia na vida dos demais; em que a realização de uns não requeira a negação da dos outros; em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos.

A conscientização se caracteriza, portanto, por um processo de transformação pessoal e social vivido por quem é oprimido na descoberta da realidade. É mais do que uma mudança de opinião sobre a realidade, é a mudança na forma de se relacionar com o mundo. Martín-Baró (2007) compreende que a conscientização deve ver no horizonte da psicologia um processo pelo qual as pessoas desenvolvem um entendimento crítico de si mesmas e de sua realidade. Este processo preserva o foco pessoal, sem, contudo, se considerar oposto ou estranho ao social. O pessoal aqui é o correlato dialético do social e, assim, incompreensível se seu referente constitutivo é omitido.

Portanto, o compromisso ético e político do psicólogo, quando atua em políticas públicas, passa a ser o bem-estar daqueles que estão envolvidos em diferentes partes da comunidade.

4. POR UMA ÉTICA DO CUIDADO NA PRÁXIS PSICOLÓGICA

Como toda produção humana, as interrogações em torno da dimensão ética de nossa existência e de nossas atividades têm uma história, uma raiz, um caminho. Algumas teorias, superadas por novas compreensões devido à mudança de cultura e de moralidade, tiveram uma brevíssima existência; a outras, mesmo sendo reinterpretadas cotidianamente,

é reservada uma longa e fecunda existência. Fato é que as interrogações em torno da dimensão ética, ao longo de sua história, dizem muito sobre os nós – os humanos.

Observamos que na história da humanidade, a reflexão em torno do desenvolvimento humano e a inquietação pelo sentido da vida impulsionaram os diferentes tipos de conhecimento em busca de compreensões e explicações sobre a ética. Presente em conhecimentos relativos à mitologia, filosofia, ciência, teologia, arte e até no senso comum, a ética tem ocupado um lugar de destaque em diferentes contextos.

Segundo o entendimento de Cruces (2015), a psicologia ganha espaço diante desses problemas e questões éticas. Discussões e pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas pela psicologia têm propiciado a construção de modelos de atuação que se mostram mais eficazes e têm ampliado a inserção de profissionais em espaços em que antes eles não eram encontrados. Para a autora, a preocupação com o fortalecimento da cidadania e a valorização da ética deve ser uma constante na atuação do psicólogo, delineando práticas profissionais diferenciadas, também diante de trabalhos desenvolvidos no âmbito das políticas públicas.

De acordo com Silva (2012), os questionamentos que surgem baseados na dimensão ética abrem um vasto campo de estudos e questionamentos referentes ao ser humano e suas relações com a coisa pública. O conceito 'políticas públicas' surge como novo paradigma ético que visa, entre vários fatores, alcançar essa nova forma de convivência. Diante das condições históricas e sociais, dos interesses e das necessidades, dos princípios e dos valores de uma sociedade, destaca-se a necessidade de elaboração de políticas públicas fomentadas numa dimensão ética.

No âmbito das políticas públicas voltadas à superação das desigualdades sociais, em que o conflito de interesses e as necessidades são variáveis importantes, a ética não pode ser negligenciada, tampouco percebida como de pouca relevância. Conforme percepção de Silva (2013), a dimensão ética constitui elemento fundamental para a consecução dos projetos sociais, uma vez que possibilita melhores critérios na elaboração e no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à superação da desigualdade social no Brasil. Nesse sentido, a dimensão ética explicita a necessidade de gerir patrimônio e serviços públicos com princípios e valores que possibilitem perceber a sociedade como um todo e conectar a gestão ao bem-estar coletivo.

Compreende-se que o processo de implantação das políticas públicas gera mudanças institucionais, mesmo que estas nem sempre possam ser consideradas inovações. O caráter inovador ou não das mudanças produzidas dependerá da natureza da própria política, das características de seu processo de implantação e das especificidades concretas da instituição. Neste contexto, a ética se faz necessária ao longo do processo da implantação das políticas públicas, já que se demanda criatividade para delinear estratégias

que contribuam para adequar o processo ao contexto de cada local, não somente a partir dos referenciais legais, mas também a partir da moralidade e dos valores sociais (Martínez, 2007).

Portanto, compreender pontos fundamentais sobre ética, não é apenas uma necessidade de estudiosos ou obrigação exclusiva do Estado legislar. A ética é essencialmente a base para a convivência social e o grande desafio que se coloca à vida humana é justamente o processo de construção do ser. A ética é capaz de promover a reflexão e a crítica sobre as atitudes humanas e influenciar as normas jurídicas e as ações políticas. A ética tende, portanto, a pautar-se em perspectivas abertas e considera o relacionamento entre a autonomia do sujeito e os deveres com que ele se defronta (Silva, 2013).

Conforme o entendimento de Valls (2013), uma importante questão nesse campo refere-se à função do Estado perante a dimensão ética. Para o autor, o problema que se coloca é se o Estado deve atender ao interesse comum universal, independentemente das classes e dos interesses privados dos pequenos grupos, ou servir apenas como órgão de apoio e instrumento para quem mais necessita. Argumenta que é neste aspecto que se inicia a contradição de funções, pois as organizações privadas, por exemplo, já que também possuem o poder político e usufruem recursos sociais e naturais para produzirem e alcançarem lucro, seria ético, também, que as mesmas assumissem responsabilidades sociais em busca de uma sociedade mais justa, livre e humana.

A ética, portanto, deve ser considerada uma reflexão teórica que pretende interpretar e avaliar situações e atitudes, reconhecendo o espaço-tempo, os padrões morais e as normas que conduzem os ideais de cada grupo humano. Conforme aponta Valls (2013), é possível entender que os valores se transformam, de acordo com a transformação da sociedade. O conceito de ética pressupõe a organização da sociedade em base de padrões morais que se refletem na política, na economia e nos parâmetros sociais das pessoas em determinado meio.

Vázquez (2006) compreende que a ética é uma reflexão intencional e crítica sobre o agir humano. Ela permeia as instâncias em que se estabelecem as relações sociais, pressupondo a organização da sociedade por padrões morais que se refletem em diferentes contextos. O valor da ética está naquilo que ela explica, pois estuda a conduta humana sob a ótica dos valores, dos princípios, das normas e dos juízos morais.

Nessa mesma direção, Pulino (2008) compreende que é preciso atenção à dimensão ética do processo de produção e divulgação do conhecimento, da exclusão social gerada pela desigualdade, das relações de poder envolvidas e na forma como isso interfere na vida do cidadão.

Boff (2011), a partir da teoria acerca da Ética do Cuidado, considera que o cuidado é suporte real da criatividade, da liberdade e da inteligência. No cuidado se encontra o *ethos* fundamental humano.

De acordo com Zoboli (2004), a palavra “cuidado” deriva da palavra latina “cura”, que constitui um sinônimo de cuidado. Outros estudos filológicos indicam também que a palavra “cuidado” deriva de *cogitare-cogitatus*, que significa cogitar, pensar, colocar atenção, interesse, revelar uma atitude de desvelo e de preocupação.

Percebe-se, assim, que a palavra “cuidado” inclui dois significados intimamente relacionados: o primeiro diz respeito a uma atitude de desvelo, de solicitude e de atenção para com o outro, e o segundo revela uma atitude de preocupação e inquietação em relação ao envolvimento e ligação afetiva com o outro por parte da pessoa que cuida. Ambos os conceitos, de acordo com sua filologia, indicam que “cuidar é mais que um modo isolado; é o modo de ser, a forma como a pessoa se estrutura e se realiza no mundo com os outros. É um modo de ser no mundo que funda as relações que se estabelecem com as coisas e as pessoas” (Zoboli, 2004, p. 22). O cuidado está plenamente vinculado ao desenvolvimento cognitivo e afetivo. Ele assume a função de mediador (Vygotsky, 1984), possibilitando por meio das interações de cuidado, o desenvolvimento das diferentes e diversas formas de comunicação, de linguagem, do acúmulo de conhecimento.

De acordo com Zoboli (2004), o filósofo Soren Kierkegaard é um dos primeiros teóricos a fazer uso da noção de cuidado. Ao introduzir as noções de preocupação, interesse e cuidado para contrapor à objetividade da filosofia e da teologia do século XIX, Kierkegaard retoma o sentido e o significado da existência humana individual. Para ele, a ética começa com o indivíduo que, sendo obrigado a agir, toma sobre si o interesse e a preocupação decorrentes da responsabilidade com ele próprio. Sem o cuidado ou a preocupação, a ação não seria possível, pois estes elementos constituem o ímpeto para a ação moral.

Influenciado por Kierkegaard, Martin Heidegger (1889-1976) retoma a noção de cuidado. Para este filósofo, o cuidado compreende “o ser do *Dasein* antecipando a si mesmo por já ser [no mundo] como ser junto a [os entes que vem ao encontro dentro do mundo]” (Heidegger, 2014, p. 192). A filosofia heideggeriana coloca a pergunta sobre o sentido da existência, distinguindo dois modos fundamentais do “cuidado”: nas relações do *ser-aí* com os entes cujo modo de ser é simplesmente dado (ocupação) e nas relações com os outros (preocupação).

Heidegger, em sua obra *Ser e Tempo*, aborda dois modos de “preocupação”. O primeiro diz respeito ao modo que “substitui” o outro, assumindo suas “ocupações”, para liberá-lo delas. Para o filósofo, “nessa preocupação, o outro pode tornar-se dependente e dominado mesmo que esse domínio seja silencioso e permaneça encoberto para o

dominado” (Heidegger, 2014, p. 174). O segundo modo da “preocupação” é aquele que se “antepõe” ao outro não para substituí-lo, mas para pô-lo diante de suas próprias possibilidades existenciais de ser. “Essa preocupação que, em sua essência, diz respeito ao cuidado propriamente dito, ou seja, à existência do outro e não a uma coisa de que se ocupa, ajuda o outro a tornar-se, em seu cuidado, transparente a si mesmo e livre para ele” (Heidegger, 2014, p. 175).

Nessa perspectiva, o cuidado passa a ser compreendido como a estrutura articulada dos vários elementos constitutivos do *Dasein* (ser humano). Conforme Carrilho (2010), Heidegger considerou o cuidado como a estrutura ontológica do ser humano, isto é, uma estrutura que lhe é própria, inerente, e não uma estrutura aprendida, por exemplo, pela socialização. O cuidado é compreendido como o modo de ser mais próprio e originário do ser humano.

Inspirado na filosofia heideggeriana, e preocupado com o futuro da vida neste planeta, Boff (2011) propôs o resgate da ética e do sentido da responsabilidade humana. Para o autor, a ética do cuidado tem a ver com a preocupação e a responsabilidade com o outro. Trata-se de um elemento constitutivo do ser humano, essencial nas relações que este estabelece consigo, com o próximo e com o meio em que vive.

Boff (2011), como Heidegger faz em *Ser e Tempo*, resgata a conhecida Fábula de Higino (poeta latino, 50-139 d.C.), também conhecida como Mito do Cuidado, que narra o papel do cuidado na estruturação do ser humano. Segundo a fábula,

[...]certo dia, ao atravessar um rio, Cuidado viu um pedaço de barro e teve uma inspiração. Pegou no barro e começou a dar-lhe forma. Enquanto contemplava a sua obra, apareceu Júpiter e Cuidado pediu-lhe que soprasse espírito sobre ela. Júpiter assim fez. Mas, quando Cuidado quis dar um nome à criatura que tinha moldado, Júpiter proibiu-o e exigiu que fosse imposto o seu nome. Enquanto Júpiter e Cuidado discutiam, surgiu, de repente, a Terra. E ela também quis conferir o seu nome à criatura, pois esta foi feita de barro, material do seu corpo. Originou-se uma discussão generalizada. Finalmente, de comum acordo, pediram a Saturno que fosse o árbitro nesta questão. Saturno tomou a seguinte decisão: Tu, Júpiter, deste-lhe o espírito. Receberás, pois, o espírito de volta por ocasião da sua morte. Tu, Terra, deste-lhe o corpo. Receberás, portanto, de volta o corpo quando ela morrer. Mas, como tu, Cuidado, moldaste a criatura, ela ficará sob os teus cuidados, enquanto viver. E ela se chamará homem, isto é, feito de húmus, que significa terra fértil (Boff, 2011, p. 46).

Percebe-se que a fábula descreve cooperação, e que o cuidado está relacionado à existência num plano material, da vida enquanto existência. De acordo com Boff (2011), a fábula carrega um entendimento de que o ato de cuidar é central para o ser humano. O cuidado dá forma à criatura, que é corpo e é espírito, e se torna responsável por ela

enquanto ela viver. É o cuidado que humaniza e dá o contorno ao humano. O cuidado é compreendido a partir de sua dimensão ético-ontológica, o que possibilita construir uma ideia de ética do cuidado que se torna inteligível a partir de diferentes ações realizadas no cotidiano.

Para Braunstein (2012), a Fábula de Higino nos leva a refletir que todos nós somos seres humanos, independentemente de nossas diferenças, diversidade, pluralidade; somos todos, indistintamente, filhos da Terra, de Júpiter, do Cuidado. Confabulando, é como se o cuidado tivesse disponibilizado ao ser humano o raciocínio lógico, a cognição, a fim de que pudesse desenvolver as diversas áreas do conhecimento, para garantir-lhe a posse, a vida, por maior tempo possível. Na perspectiva de Boff (2011), o cuidado é suporte real da criatividade, da liberdade e da inteligência. No cuidado se encontra o *ethos* fundamental do humano. Nele identificamos os princípios, os valores e as atitudes que fazem da vida um bem-viver e das ações um reto agir. Fazer dele um modo-de-ser no mundo, engendrando solidariedade na esfera pública, é um farol nos labirintos que tem no horizonte a coletividade. O cuidado diz respeito a uma atitude de abertura a toda alteridade. Por isso, distingue-se da racionalidade instrumental e abre perspectiva para uma nova ética que se ocupa com o sentido da vida.

O pressuposto da ética do cuidado é um horizonte utópico que nos mostra que “outro mundo é possível”, que há outras formas de pensar e executar políticas públicas. Portanto, riscos e possibilidades são os desafios que temos como realidade e que precisam ser enfrentados (Boff, 2011).

Diante da escassez de recursos naturais, da má distribuição de renda e dos emergentes conflitos humanos, percebe-se a relevância do cuidado, enquanto sentido ético e moral, que rompa com paradigmas utilitaristas, heterônomos, contingenciais e regulatórios (Bauman, 2001; Boff, 2002; Braunstein, 2012).

Conforme Braunstein (2012), a violência, os conflitos humanos, o acúmulo de bens e de capital em detrimento da exploração e pobreza, resultam em abismos de desigualdade social. Assim, o cuidado constitui-se, como um sentimento e uma ação moral, uma atividade humana que busca romper com tais discrepâncias. Ele surge como um elemento primordial, que possibilita a existência concreta, que viabiliza a condição de sobrevivência, de intervenção e superação possível frente às diversas adversidades e a ameaças à vida.

O cuidado enquanto instituição e mediador das ações humanas situa-se como elemento imbricado às políticas públicas. Nesse sentido, a ética do cuidado converge enquanto mediação do ideal de justiça, incrementando o dever, possibilitando pensar no bem da coletividade, numa perspectiva ética.

Braunstein (2012) defende que ao considerarmos a diversidade de aspectos ideológicos, sociais, históricos, culturais, políticos, motivacionais e morais, evidencia-se a

necessidade de identificar os paradigmas que fundamentam e norteiam as ações humanas. Diante disso, é preciso defender um projeto ético que, por exemplo, considere o respeito aos direitos humanos fundamentais como caminho para a construção da justiça, da igualdade social, política e econômica.

Acreditamos que a interação dos seres humanos com o mundo que habitam e a construção de políticas públicas é dialética. É nestas relações que construímos nossa trajetória existencial e nossa história e a construção de uma sociedade mais humana, num projeto que transcende a esfera individual. Por esta razão, pensar a ética do cuidado como alternativa para a compreensão dos processos presentes nas políticas públicas voltadas à superação da desigualdade social, configura um caminho de transformação qualitativa, na promoção da cidadania e no alcance dos direitos humanos.

4.1 Pensar as políticas públicas à luz da ética do cuidado

A análise e a luta pela superação das desigualdades em nossa sociedade implicam um olhar a partir da ética do cuidado, pois a constituição das políticas públicas é decorrente de processos multideterminados, complexos e carregados de historicidade. Visões universais, naturalizadas e padronizadas sobre os indivíduos e sua relação com a coisa pública não retratam os fenômenos da realidade com os quais se lida no campo social.

Para Gonçalves (2013), as políticas públicas representam um espaço de promoção de direitos, na direção da superação das desigualdades sociais. Trata-se de um campo repleto de contradições, expressão da contradição fundamental da sociedade capitalista: contradições entre o público e o privado, entre o individual e o coletivo, entre o econômico e o social, entre o social e o neoliberal. Isso nos faz reconhecer que falamos de políticas públicas relativas a direitos sociais em uma sociedade desigual.

É preciso considerar que o desenvolvimento de nossa sociedade implica subjetividades diferentes, e que sua constituição é decorrente de processos multideterminados, complexos e carregados de historicidade. Visões universais, naturalizadas e padronizadas sobre os indivíduos e sua subjetividade não retratam os fenômenos da realidade com os quais se lida no campo das políticas públicas. Portanto, as políticas públicas precisam reconhecer a realidade social estruturada sobre a desigualdade e contribuir para a superação. Isso passa necessariamente pela investigação da dimensão subjetiva presente nos fenômenos sociais desse campo (Gonçalves, 2013).

Nessa perspectiva, Ziegler (2013, p. 21) destaca que

a destruição anual de dezenas de milhões de homens, mulheres e crianças pela fome constitui o escândalo de nosso século. A cada cinco segundos, morre uma criança de menos de dez anos. Em um planeta que, no entanto, transborda de riquezas [...]. No seu estado

atual, a agricultura mundial poderia alimentar sem problemas 12 bilhões de seres humanos – vale dizer, quase duas vezes a população atual. Quanto a isto, pois, não existe nenhuma fatalidade. Uma criança que morre de fome é uma criança assassinada.

A negatividade do excluído e do oprimido manifesta, para além de qualquer justificativa da lógica produtiva, uma advertência ao que resta de consciência humana ainda sensível à exigência. A atualidade deste quadro dramático de pobreza e exclusão, que se contrapõe a uma inversão do que denominamos progresso, desenvolvimento e civilização, é um convite a “(...) uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro” (Boff, 2011, p. 33). Segundo Boff (2011), as políticas públicas não podem limitar-se à redução da pobreza e das desigualdades sociais em sua universalidade, no sentido kantiano. Elas devem pertencer à atitude do cuidado material, psicológico, físico, ecológico e até mesmo espiritual, que subjazem a todo desenvolvimento ético em seu sentido filosófico.

Assim, considerando a função das políticas públicas voltadas à superação da desigualdade social, torna-se imprescindível pensá-las em relação de interdependência como uma nova ética, a Ética do Cuidado. Tal pressuposto se apresenta como uma alternativa possível para a mudança que se espera alcançar, pois ao se romper com a lógica da “indústria cultural”,¹ ampliam-se os espaços de não conformismo e se abre a possibilidade para a criação de alternativas que rompam a lógica do acúmulo individual, ampliando os espaços de solidariedade coletiva.

Na perspectiva da ética do cuidado, no tocante às políticas públicas, o critério fundamental é o do engajamento em defesa da vida para além de toda divergência política ou ideológica. O Estado, além do cuidado consigo, é convidado a pautar-se pelos pressupostos do cuidado em relação aos seus governados (instituições e cidadãos). Tal prática aponta para um horizonte distinto daquele assumido por algumas políticas que enfatizam apenas um único e certo modelo de racionalidade e instrumentalização hierárquica.

Nessa perspectiva, o planejamento de políticas públicas inicia-se pela escuta sensível e multirreferencial, que deve considerar a valorização dos diferentes sujeitos implicados. Compreender as necessidades do ser humano significa superar uma noção homogeneizante e naturalizada, passando a percebê-lo como sujeito com valores, comportamentos, visões de mundo, interesses e necessidades singulares.

Morin (2000, p. 341) lembra que é preciso “comunicar em vez de isolar e separar”, pois, deste modo, pode-se reconhecer traços singulares e originais, concebendo a unidade

¹ A expressão “indústria cultural” foi criada pelos filósofos alemães Theodor Adorno (1903-1967) e Max Horkheimer (1897-1973), a fim de designar a situação da arte na sociedade capitalista industrial.

e a multiplicidade da realidade. Mais do que afirmar “assim está dito, assim diz a lei”, é preciso confrontar o campo teórico com o campo empírico, suscitando outros horizontes para aquilo que se busca. É isso que possibilita exercitar a mudança na forma de planejar e executar políticas públicas: o exercício de considerar a multiplicidade na unidade e a unidade na multiplicidade.

Além dos grupos historicamente excluídos (negros, mulheres, indígenas, população LGBT, pessoas com deficiência), há ainda aqueles cuja discriminação é tão grande que mal conseguem ser ouvidos pelo restante da sociedade, como é o caso de populações em situação de rua, em situação de acolhimento institucional, em regime prisional, de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, entre tantos outros.

Tornar as políticas públicas um espaço de fortalecimento da participação coletiva, que reconheça e valorize todos os diferentes grupos é uma forma de reposicionar compromissos nacionais com a fomentação de sujeitos de direitos e de responsabilidades, podendo influenciar na construção e consolidação da democracia.

Nessa linha, Morin (2000) nos convoca a compreender e questionar a origem dos processos de construção de conhecimentos, indicando que as ações e aprendizados humanos não podem ser compartimentados, mas analisados sob a ótica da complexidade, das multidimensões.

O enfoque das políticas públicas voltadas à superação da desigualdade social, quando enquadradas somente na legislação em vigor, corre o risco de limitar suas atividades à “gestão da pobreza”, sob a ótica da individualização e de um viés moralizante das situações sociais. Portanto, não deve restringir a intervenção dos profissionais dessa área às abordagens que tratam as necessidades sociais como problemas e responsabilidades individuais e grupais (Pereira, 2000).

Pensar em políticas públicas na perspectiva da ética do cuidado significa considerar os cidadãos comprometidos com o ato de cuidar da vida, em todas as fases, pensando no hoje e nas próximas gerações. A questão perpassa o entendimento crítico, individual e coletivo de viver em rede e de pensar, refletir e agir acerca da produção e consumo consciente, qualidade de vida, alimentação saudável, economia solidaria, agroecologia, ativismo social, cidadania planetária, ética global, valorização da diversidade, entre outros (Morin, 2000; Bauman, 2001; Boff, 2002).

Para tal, busca-se o enfoque holístico, sistêmico, democrático e participativo, diante de um entendimento de ser humano em sua integralidade e complexidade, bem como de concepções de políticas públicas interdisciplinares, intersetoriais, processuais, cíclicas e contínuas.

Nesse sentido, concebem-se as ações dos diferentes profissionais que atuam nessas políticas centradas numa perspectiva preventiva, comprometidas com as

transformações sociais que evidenciem as contradições entre as práticas e as demandas dos sujeitos neste contexto. O foco de compreensão e intervenção deve deslocar-se para uma visão institucional, coletiva e relacional, contextualizada nos processos de subjetivação que dialeticamente ressignificam os diversos atores e suas ações.

Ao trabalhar em prol da conscientização dos sujeitos, intervindo em processos subjetivos, os profissionais que atuam neste campo estão se colocando como mediadores do desenvolvimento humano em diferentes contextos. A complexidade dos arranjos sociais, políticos, econômicos e ideológicos reflete-se nas estruturas organizacionais, que se apresentam cada vez mais diversificadas, tanto em relação a seus objetivos, missão e finalidades, quanto à natureza de suas ações.

Além disso, é preciso reconhecer a função política nas políticas públicas voltadas à superação da desigualdade social. Trata-se de um espaço singular e fecundo, ainda que pautado por incoerências, para o exercício da cidadania e da luta em prol de uma sociedade mais justa, um espaço que, dialeticamente, desafia os diferentes profissionais. A atuação frente a tais políticas requer a construção não somente de novas metodologias, mas de uma reflexão crítica referente à própria atuação profissional, diante de um cenário de desigualdades sociais, relacionada com a constituição da sociedade no sistema capitalista, das políticas que prometem mudanças improváveis de acontecer. Pereira (2000) destaca que o sentido de proteção social extrapola a possibilidade de uma única política social e requer o estabelecimento de um conjunto de políticas públicas que garantam direitos e respondam a diversas e complexas necessidades básicas da vida social. Desse modo, à Assistência Social não se pode atribuir a tarefa de realizar, de forma exclusiva, a proteção social. Esta compete, articuladamente, às políticas de saúde, educação, emprego, previdência, habitação, transporte, dentre outras. Tratar, portanto, as políticas públicas voltadas à superação da desigualdade social separadamente da política econômica é cair na ilusão de que uma é possível sem a outra.

Ainda segundo a percepção de Pereira (2000), os caminhos escolhidos e os fatos que compõem o cotidiano das políticas públicas voltadas à superação da desigualdade social têm sempre inscrições ideológicas, uma vez que as formas de pensar e fazer estão permeadas por relações de poder e ideologias que necessitam ser problematizadas e compreendidas como um produto de relações sociais e históricas que tendem a naturalizar e reproduzir desigualdades.

Portanto, observar esta realidade para mapear espaços, tempos, fazeres, crenças, concepções e dinâmicas, desenvolver sensibilidade de escuta dos discursos institucionais e das “vozes da comunidade”, pode provocar a ressignificação das demandas e criar novos espaços de interlocução.

Na perspectiva de Foucault (2009, p. 10), essa nova concepção de ser humano e de políticas públicas, pautada na ética do cuidado, pode ser vista como um instrumento de superação das relações de poder autoritárias e do controle social, contribuindo para a sua emancipação através do acesso aos seus direitos, assegurando a eles, também, o exercício do poder que, na perspectiva apontada por ele, “é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”.

Dada a relevância dessas questões, compreende-se a necessidade do desenvolvimento e da atuação no exercício cotidiano dos direitos humanos. Trata-se, portanto, de elaborar políticas públicas que articulem dialeticamente igualdade e diferença, pois os direitos humanos não podem ser articulados a partir de uma concepção de igualdade que não incorpore o tema do reconhecimento das diferenças, o que supõe lutar contra todas as formas de preconceito e discriminação. Afinal, “temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (Santos, 1999, p. 44).

Conforme Silva (2013), reafirmar uma direção social inspirada no ponto de vista ontológico no âmbito das políticas públicas voltadas à superação da desigualdade social, pressupõe também algumas iniciativas importantes e cruciais na atualidade, tendo em vista que as discussões da década de 1990 mostram-se, hoje, insuficientes, carentes de maior clareza no seu entendimento. Para o autor,

(...)o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e as transformações em curso têm exigido maior rigor, densidade e clareza na explicação de temas como liberdade, democracia, cidadania, direitos, Estado, trabalho socioeducativo, entre outros. Trata-se de temas centrais para a explicação do real, para a reconstrução de sua dinâmica e, claro, para a atuação profissional cotidiana em tempos repletos de armadilhas sustentadas na “solidariedade cidadã” e na “rede inclusiva” que se propõem “novas” e “modernas”, substitutas da “superada” luta de classes (Silva, 2013, p. 77).

Para isso, sustenta Silva (2013), as políticas públicas voltadas à superação da desigualdade social precisam organizar-se em torno de relações sociais menos hierarquizadas, mais dialogadas e cooperativas. Ao promover a articulação entre as áreas e as diferentes práticas, o Estado contribui para a promoção de uma visão menos sincrética, caótica e mais elaborada do conhecimento, reelaborando-a numa síntese qualitativamente superior.

Nessa perspectiva, abre-se espaço para experiências, conhecimentos, práticas que protagonizam e compartilham saberes e experiências construídas em espaços sociais diversos. Nesse sentido, abre-se espaço à Ética do Cuidado.

5. OBJETIVOS

Geral: Compreender a visão de psicólogos sobre a relação da psicologia com a construção e o desenvolvimento de políticas públicas.

Específicos:

- Investigar, com esses profissionais, suas concepções acerca do próprio conceito de políticas públicas e sua relação com a psicologia;
- Compreender, por meio dos depoimentos, como se dá a inserção, a atuação e a assunção de responsabilidades dos psicólogos nas políticas públicas;
- Conhecer as trajetórias acadêmicas e as experiências profissionais dos psicólogos.

6. METODOLOGIA

“Não existe vento favorável para quem não sabe onde deseja ir”.

Sêneca

A construção do conhecimento nas ciências humanas, ao longo da sua história, tem passado por diversas reformulações. Atualmente, se pode afirmar que não existe uma única maneira de se compreender o ser humano e suas relações; na verdade, são múltiplas as possibilidades de se conceituar e construir conhecimentos na área. Branco e Rocha (1998, p. 252), buscando superar a tradicional dicotomia entre métodos quantitativos e qualitativos, afirmam que “não existem métodos de pesquisa que sejam necessariamente melhores ou piores do que os outros: o que importa é considerar a adequação do método à natureza do fenômeno sob investigação e à questão específica que se pretende investigar”.

Günther (2006), ao assumir uma posição “ecumênica” diante das abordagens quantitativa e qualitativa, argumenta que ambas têm suas vantagens, desvantagens, pontos negativos e positivos. Portanto, não se trata de confrontar uma abordagem contra a outra, visando “escolher a melhor”. Trata-se de encontrar e usar a abordagem teórico-metodológica que permita responder a questão de pesquisa, e assim “chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão do fenômeno e para o avanço do bem-estar social” (Günther, 2006, p. 209).

Portanto, escolher uma metodologia de pesquisa não pode ser uma questão de preferência. Essa escolha precisa estar relacionada com as questões levantadas pelo

pesquisador, com os fenômenos que se pretende conhecer. Os pressupostos axiológicos, ontológicos, epistemológicos e éticos devem estar estreitamente relacionados com os conceitos utilizados para análise da realidade estudada. Sob a escolha da metodologia está subjacente uma concepção de ser humano, de mundo e de ciência.

Tendo em vista que, nas ciências humanas, o principal objeto de estudo é o ser humano – ser histórico, com valores, subjetividade, sentimentos – o pesquisador é desafiado a ultrapassar o simples ato contemplativo da relação sujeito-objeto. De uma orientação monológica passa-se a uma perspectiva dialógica, em que pesquisador e participante tornam-se dois sujeitos em interação. O pesquisador passa a fazer parte da própria situação de pesquisa, tornando-se parte integrante do processo investigativo; a neutralidade é impossível, sua ação e também os efeitos que propicia constituem elementos de análise (Branco & Rocha, 1998; Denzin & Lincoln, 2006; Flick, 2009).

Nesse sentido, Pulino (2008, p. 17) destaca que

[...]a neutralidade científica, portanto, não mais é um critério de qualidade da pesquisa. Sabemos que a neutralidade não existe. Dessa forma, a garantia de um grau desejável de objetividade no processo de construção da investigação científica se dá pelo processo de objetivação, pelo cuidado na escolha dos procedimentos de pesquisa, pelo planejamento das atividades e materiais a serem utilizados, pela postura de respeito do pesquisador em relação aos participantes, não colocando palavras em sua boca, nem fazendo julgamento moral de seu discurso ou ação, pela articulação das informações empíricas conseguidas com as teorias assumidas e pela transparência com que o pesquisador relata uma pesquisa.

Denzin e Lincoln (2006, p. 32) compreendem que “a pesquisa qualitativa se define por atividades genéricas, interligadas que se embasa em múltiplos paradigmas teóricos”. O método deixa de ser central na realização da pesquisa, pois as produções teóricas e empíricas estão totalmente interligadas, e ambas constituem o processo de construção de conhecimento. Portanto, o objeto de estudo torna-se fator determinante na escolha do método; os métodos são caracterizados conforme a abertura para com seus objetos (Flick, 2009).

A pesquisa qualitativa não se define em um único conceito teórico e metodológico. Diversas abordagens teóricas e seus métodos caracterizam as discussões e a prática da pesquisa (Flick, 2009).

Branco e Rocha (1998, p. 252), assumindo um paradigma construtivista, afirmam que a pesquisa qualitativa “é um processo interativo, determinado tanto pelo agente (o cientista), quanto pelo objeto (realidade), e depende dos meios que o agente utiliza para interagir com o objeto (ou seja, os métodos)”. Para as autoras, a metodologia deve ser clara, precisa,

adequada aos objetivos do projeto, e, ao mesmo tempo, flexível e capaz de adaptar-se a cada etapa do processo de investigação.

É preciso, portanto, questionar alguns consensos de que a realidade que pode ser desvendada por leis universais, métodos seguros e independentes do sujeito. Esse novo paradigma exige

[...]a compreensão de uma realidade dinâmica, organizada de forma sistêmica e complexa, a qual se apresenta a nós em função das múltiplas interações que com ela estabelecemos, contextualizadas em um momento histórico-cultural específico que lhe confere especial significado (Branco & Rocha, 1998, p. 251).

Para González Rey (2006, p. 80), a pesquisa qualitativa é uma produção teórica, compreendida como “uma ferramenta interativa, não uma via objetiva geradora de resultados capazes de refletir diretamente a natureza do estudado independentemente do pesquisador”. Nessa mesma perspectiva, Flick (2009) destaca que os contextos de pesquisa não devem ser analisados como uma situação artificial, semelhante às criadas em laboratório. A compreensão e a produção de conhecimento acerca das práticas e interações dos sujeitos e sua vida cotidiana exigem métodos de pesquisa capazes de ultrapassar a comprovação de teorias formuladas antecipadamente. Precisam descobrir o novo e desenvolver teorias fundamentadas. Para o autor, “a pesquisa qualitativa não se refere apenas ao emprego de técnica e de habilidade aos métodos, mas inclui também uma atitude de pesquisa específica” (Flick, 2009, p. 36).

A epistemologia qualitativa, teoria elaborada por González Rey, embasa-se na perspectiva da compreensão do caráter subjetivo do próprio processo de construção do conhecimento que acontece no decorrer das investigações. Nesse sentido, “a pesquisa qualitativa que assume os princípios da Epistemologia Qualitativa se caracteriza pelo seu caráter construtivo-interpretativo, dialógico e pela sua atenção ao estudo dos casos singulares” (González Rey, 2006, p. 4).

Percebe-se nessas colocações a preocupação do autor em elaborar um processo de pesquisa que atenda aos desafios da sociedade atual, uma realidade em constante mudança que requer que os pesquisadores superem a visão centrada nos instrumentos de coleta de dados e avancem na perspectiva de reconstruir permanentemente o processo de pesquisa, articulando constantemente a construção teórica com o momento empírico.

Desse modo, o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento assume importância significativa como princípio da Epistemologia Qualitativa, quando se reconhece que a realidade é um domínio infinito de campos inter-relacionados de maneira complexa, e que, por meio das práticas de investigação, é possível aproximar-se de uma parte dessa realidade, mas não da sua totalidade. Esse princípio também leva à compreensão do

conhecimento como uma produção humana e não como apropriação linear da realidade estudada.

Conforme Vygotsky (1995, p. 101),

[...]a verdadeira missão de análise de qualquer ciência é justamente a de revelar ou manifestar as relações e ligações dinâmico-causais que constituem a base de todo fenômeno. Nessa proporção, a análise se converte de fato na explicação científica do fenômeno que se estuda e não só sua descrição desde o ponto de vista fenomênico.

A construção de conhecimentos transversaliza os vários momentos de investigação que o pesquisador desenvolve; essa construção não acontece em um momento pontual e único desse processo, mas é uma ação constante frente à multiplicidade de materiais empíricos coletados, se caracterizando pela atividade pensante e construtiva do pesquisador.

Ainda no contexto de construção da Epistemologia Qualitativa, compreende-se que a pesquisa qualitativa busca que todos os participantes se tornem sujeitos da pesquisa a partir do desenvolvimento de um posicionamento crítico e reflexivo através do diálogo entre o pesquisador e participantes. O caráter dialógico da pesquisa permite que todos os envolvidos participem a partir de suas inquietações, suas memórias e seus problemas atuais, o que é fundamental para o seu envolvimento no processo (González Rey, 2005).

Nessa perspectiva, Pulino (2008) compreende que a construção da informação é um processo contínuo que acontece durante toda a pesquisa, o qual se organiza e se estrutura por meio de indicadores, sentidos e configurações subjetivas identificadas a partir da aplicação dos instrumentos utilizados. Isso permite a elaboração de hipóteses, em que o pesquisador segue suas ideias e seus pensamentos vinculados aos sistemas de informações levantados na pesquisa, a fim de construir teorias, ou seja, produções humanas em um contexto histórico, real e complexo da sociedade. A verdade, mais do que uma categoria relacionada à realidade em si, é um processo de construção.

6.1 Método

Participantes

Nesta pesquisa participaram 5 (cinco) psicólogos, sendo quatro do gênero feminino e um do gênero masculino, que atuam com políticas públicas no âmbito da assistência social, educação e saúde. Mais especificamente, atuam em uma Organização Não

Governamental (ONG) que oferta serviço de acolhimento de alta complexidade para idosos,² creche e tratamento oncológico localizada no Distrito Federal.

Apresentamos abaixo uma tabela com algumas informações sobre os participantes:

PARTICIPANTES	FORMAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	TEMPO DE ATUAÇÃO NA INSTITUIÇÃO
P.1	Graduado	5 anos	1 ano
P.2	Especialista	6 anos	9 anos
P.3	Mestre	8 anos	7 anos
P.4	Mestre	6 anos	3 anos
P.5	Especialista	12 anos	4 anos

Tabela 1: Caracterização dos participantes da pesquisa

Contexto da pesquisa

Delimitou-se, como campo desta pesquisa, uma Entidade de Assistência Social localizada no Distrito Federal, que atua com políticas públicas nas áreas de assistência social, saúde e educação.

A escolha da Entidade de Assistência Social, em que atuam os psicólogos participantes da pesquisa, se deu por conveniência. Ela está localizada na mesma cidade que sedia o Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde (PGPDS/IP/UnB), bem como o local em que o pesquisador reside. Além do mais, logo nos primeiros contatos e aproximações do pesquisador com os atores da instituição, houve significativa receptividade para a realização do estudo.

A entidade possui Certificação de Entidade de Assistência Social (Cebas)³ e atende aproximadamente 2.000 (duas mil) pessoas, sendo que o enfoque principal são idosos e crianças. Todos os serviços, programas e projetos são desenvolvidos de forma gratuita e continuada aos seus usuários. Em seu quadro de recursos humanos, a entidade possui 53 (cinquenta e três) funcionários, sendo 7 (sete) psicólogos.

A Pesquisa de Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos (Peas) 2014-2015, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em

² A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais descreve esse serviço da seguinte forma: “Acolhimento para idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência. A natureza do acolhimento deverá ser provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares. É previsto para idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos”.

³ Trata-se de uma certificação concedida pelo Governo Federal às entidades sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços nas áreas de educação, assistência social ou saúde.

parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), identificou 13.659 Entidades de Assistência Social no Brasil, sendo aproximadamente 200 no Distrito Federal. Trata-se, assim, de um setor caracterizado pela diversidade e pluralidade, produto não só das próprias condições locais econômicas, políticas e institucionais em que se estabelece, como também das demandas sociais e necessidades humanas com que se depara e dos tipos de respostas e resoluções que busca oferecer (Brasil, 2015).

Procedimentos e instrumentos da pesquisa

Inicialmente, o Projeto de Dissertação foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas (CEP/IH), da Universidade de Brasília, de acordo com os preceitos estabelecidos pelo Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, bem como as diretrizes éticas de pesquisa com seres humanos do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a Carta de Aceitação das Entidades foram elaborados com base nas orientações Resolução CNS n. 466/2012. Uma vez obtido o parecer favorável do CEP/IH, os TCLE foram devidamente assinados por todos os participantes e os procedimentos previstos, realizados.

Assim, foram realizadas entrevistas com os psicólogos, visando a criação de dispositivos para análise. Para favorecer a obtenção de dados qualitativos, foram realizadas perguntas abertas para: investigar, com esses profissionais, suas concepções acerca do próprio conceito de políticas públicas e sua relação com a psicologia; compreender, por meio dos depoimentos, como se dá a inserção de psicólogos nas políticas públicas, além de conhecer as trajetórias acadêmicas e suas experiências profissionais; compreender como os psicólogos analisam seus papéis e suas responsabilidades junto às Entidades de Assistência Social.

O contato com os psicólogos ocorreu na própria instituição, a partir da autorização do responsável pela entidade de assistência social.

Procedimento de análise

Compreendendo que o processo de análise deve estar coerente com os pressupostos epistemológicos escolhidos para a pesquisa, e que na compreensão e análise das informações se deve manter coerência com a epistemologia escolhida (Denzin & Lincoln, 2006; Flick, 2009), para a análise dessa pesquisa, optou-se pela análise de conteúdo.

Bardin (2009, p. 38) refere que a análise de conteúdo consiste em

[...]um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo

das mensagens [...]. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores.

A análise de conteúdo pode ser compreendida como um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que objetiva ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura das informações construídas. Essa técnica busca compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas (Bardin, 2009).

Tendo compreensão semelhante, Flick (2009, p. 291) afirma que a análise de conteúdo “é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material”. A análise de conteúdo, além de realizar a interpretação das informações construídas, desenvolve-se por meio de técnicas mais ou menos refinadas. Segundo esse autor, as diversas formas de documentação do material coletado (notas de campo, questionário, diário de pesquisa, fichas de documentação, transcrição etc.) têm relevância no processo de pesquisa, possibilitando uma adequada análise.

De acordo com Bardin (2009), pode-se organizar a análise de conteúdo a partir de três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na primeira fase, a pré-análise, organizou-se o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Esta fase compreendeu:

- a) Leitura flutuante: foi o primeiro contato com os documentos da construção de informações; momento em que se começou a conhecer os textos, entrevistas e demais fontes a serem analisadas;
- b) Escolha dos documentos: consistiu na demarcação do que seria analisado;
- c) Formulação das hipóteses e dos objetivos: a partir da leitura inicial dos dados;
- d) Elaboração de indicadores: envolveu a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (Bardin, 2009).

A exploração do material constitui a segunda fase, em que ocorrem a construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas. Essa etapa possibilitou interpretações e inferências. Essa foi a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao *corpus* (qualquer material textual construído) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase (Bardin, 2009).

A terceira fase referiu-se ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que consistiu em captar os conteúdos manifestos e latentes. Nela foi realizada a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; foi o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (Bardin, 2009).

Tendo em vista as diferentes fases da análise de conteúdo proposta por Bardin (2009), destacam-se as dimensões da codificação e categorização que possibilitam e facilitam as interpretações e as inferências. No que tange à codificação, “corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão” (Bardin, 2009, p. 103).

Após a codificação, seguiu-se para a categorização, a qual consistiu na classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (Bardin, 2009).

7. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentadas as análises e discussões das informações produzidas durante a realização da pesquisa. Nossa análise parte do pressuposto de que toda intervenção ou atuação profissional no campo das políticas públicas aponta para a necessidade de uma compreensão da realidade que vai para além dos aspectos objetivos. É preciso uma compreensão das subjetividades aí envolvidas, como se manifestam, como contribuem para a constituição dos diferentes processos, como são por eles afetadas. É assim, então, que nos propomos a trabalhar com os fenômenos sociais em sua dimensão subjetiva, considerando a dialética e o caráter histórico da relação subjetividade-objetividade.

A análise e discussão foram realizadas por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2009), expresso em entrevistas individuais. A análise das informações também foi orientada pela Epistemologia Qualitativa, com o foco na construção interpretativa de categorias de análise (González Rey, 2006).

As diferentes categorias foram construídas em função dos objetivos da pesquisa dos relatos dos participantes da investigação. Dessa forma, foram estabelecidas quatro categorias de análise: 1) Qualificações para atuar com políticas públicas; 2) A relação entre psicologia e políticas públicas; 3) O papel do psicólogo no desenvolvimento de políticas públicas; 4) Desafios a serem enfrentados pela psicologia na sua práxis com as políticas públicas.

7.1 Categoria 1: Qualificações para atuar com políticas públicas

- *Participante 1*

- *“(...) tenho buscado o aperfeiçoamento nesta área (...). Tenho buscado compreender melhor a assistência social, a questão dos direitos humanos, pois são competências necessárias. Busco ultrapassar o modelo individual e biologizante de fazer psicologia”.*

- *Participante 2*

- *“Infelizmente, a formação que obtive na universidade teve um viés muito clínico. Foram pouquíssimas as reflexões voltadas às políticas públicas (...)”.*

- *“Vejo que uma competência necessária é a capacidade de trabalhar em equipe e compreender que as políticas públicas ocorrem em rede, ou seja, se inter-relacionam em diferentes áreas e instituições”.*

- *Participante 3*

- *“Não posso dizer que estou preparado para trabalhar com políticas públicas. Tenho experiência numa determinada área das políticas públicas, que é a da assistência social. E, mesmo nessa área, vejo que são tantas as demandas que às vezes me sinto incompetente”.*

- *Participante 4*

- *“Tenho também uma formação em pedagogia e vejo que essa formação é muito importante para que eu consiga identificar a melhor forma de abordar as pessoas que atendo (...)”.*

- *“Para atuar com políticas públicas precisamos um conjunto de conhecimentos que ultrapassam um determinado campo de atuação, como a clínica ou a área organizacional. É preciso um olhar sistêmico (...)”.*

- *Participante 5*

- *“É uma tarefa árdua. Exige muito de nós. Exige conhecimento sobre legislação, sobre direitos humanos, sobre cuidados, sobre assistência social (...)”.*

- *“Gostaria que a psicologia se voltasse mais para o campo das políticas públicas (...)”.*

Os relatos dos Participantes 1, 4 e 5 apontam que, no desenvolvimento de políticas públicas, exige-se uma formação sistêmica. Apontam que a formação centrada num único campo de atuação, como por exemplo, na área clínica ou organizacional, é insuficiente para a qualidade do exercício profissional nessa área, e, de acordo com o Participante 1, é necessário um rompimento com o modelo de atuação centrado no modelo individual e biologizante.

Tais relatos vão ao encontro de algumas fundamentações apresentadas na revisão bibliográfica deste trabalho. Para Martínez (2007), o arcabouço de saberes que o psicólogo utiliza na sua ação profissional está determinado pelas tarefas que enfrenta, pelos desafios que sua prática lhe coloca e, sem dúvida, pela representação que tem dos elementos envolvidos nos problemas a enfrentar, independentemente do campo ou área da psicologia em que esses conhecimentos tenham sido originariamente produzidos. Por isso, faz-se compreensível que, para favorecer a implantação de políticas públicas, o psicólogo precise de conhecimentos correspondentes a áreas que podem parecer distantes em função da fragmentação que tem caracterizado a constituição histórica da psicologia como ciência.

Na perspectiva de Gonçalves (2013), a psicologia aplicada, presente desde muito cedo na história dessa área, teve essa característica, de se colocar como auxiliar de outras áreas. É dessa forma que se nota a presença da psicologia nos setores sociais, basicamente vinculada à emissão de laudos e diagnósticos e com pouca participação direta na implementação de ações para atender aos indivíduos. Além disso, esse atendimento, quando ocorria, era, em geral, nos moldes do atendimento que tradicionalmente tem caracterizado a prática profissional: o do profissional liberal, que faz atendimento clínico individual.

As análises de Bock (2009) apontam a perspectiva patologizante na psicologia, a qual é decorrente de concepções que naturalizam o fenômeno psicológico e estabelecem padrões de normalidade como referência. Para essas autoras, a ausência da psicologia nas políticas públicas ao longo de muitos anos, explica-se, em parte, pela perspectiva patologizante, curativa e individualizante adotada pela psicologia.

O relato do Participante 1 revela que a sua formação acadêmica o preparou para a atuação clínica. Da mesma forma, o Participante 5 anseia para que a psicologia avance no campo das políticas públicas. O Participante 3, em virtude da formação recebida, ainda não se sente preparado para atuar com políticas públicas.

Os relatos desses profissionais revelam um anseio para o desenvolvimento dessa área, que implique mudanças na formação, no envolvimento dos psicólogos, bem como na forma de atuação.

Embora os registros analisados evidenciem uma lacuna na formação específica no desenvolvimento de políticas públicas, conforme dados da pesquisa realizada pelo Conselho

Federal de Psicologia (CFP/CREPOP, 2011), 83,9% dos psicólogos consideram a sua atuação profissional inserida no campo das políticas públicas. Portanto, cabe analisar a forma como ocorre essa atuação profissional.

As informações analisadas a partir das entrevistas alertam para a necessidade de se investir em formação continuada desses profissionais, especialmente para os psicólogos que não tiveram oportunidade de aprofundar tais conhecimentos em sua formação inicial. Da mesma forma, os diferentes registros das entrevistas evidenciam o interesse desses profissionais em buscar formação continuada para atuar nas políticas públicas.

Análises críticas da história da psicologia no Brasil (Bock, 2009; Gonçalves, 2013; González Rey, 2003) também evidenciam como a formação dos profissionais influenciou e continua influenciando as suas ações, seja nas definições teóricas que predominam, nos procedimentos e instrumentos utilizados; seja nas práticas desenvolvidas e nos setores em que se encontram, ou mesmo na compreensão do seu papel enquanto profissionais. Tais análises confirmam o caráter ideológico presente no processo de formação, suas contradições e os compromissos que expressa (Bock, 2009).

A consolidação dos espaços coletivos no âmbito das entidades e organizações e, quem sabe promovidas pelo Estado, pode fortalecer as relações com outros profissionais e evidenciar a especificidade da atuação psicológica nesse campo. Esses momentos são profícuos para mudanças nas ações e ressignificação de concepções e práticas mediadas por situações diferenciadas, intencionais e competentes que promovam o desenvolvimento humano.

Em relação ao relato do Participante 5, que revela o anseio de que a psicologia esteja mais presente no desenvolvimento de políticas públicas, Gonçalves (2013) afirma que, em certo sentido, a psicologia nunca esteve totalmente ausente desse campo. Entretanto, essa via foi quase sempre indireta, o que colocou a prática profissional à margem da atuação no setor público. E não apenas por circunstâncias históricas de desenvolvimento da profissão, mas também por convicções produzidas pela psicologia, ambos aspectos que, na história da psicologia brasileira, vão se entrelaçando.

Outro aspecto que merece destaque, é o que foi expresso pelo Participante 2, quando afirma que a atuação em políticas públicas exige capacidade de trabalho em equipe e a concepção de rede.

O participante parece conceber que suas ações são formadas por uma rede heterogênea de elementos e que eles devem incluir nas suas ações a relação com elementos humanos e não humanos que compõem esta rede. De acordo com Martínez (2007), na perspectiva da psicologia histórico-cultural, o psicólogo é um sujeito de ação, que toma decisões, interage com os outros, forma representações da realidade, vivencia emoções e expressa sua subjetividade nas situações relacionais das quais participa. A

formação profissional deve conceber esse profissional na sua condição de sujeito para que a apropriação do conhecimento o prepare para atuar na complexidade do contexto em que está inserido.

Conforme Cruces (2015), os psicólogos compartilham significados, cientificamente construídos a partir de diversas bases teórico-conceituais da psicologia, presentes em currículos que formam o psicólogo para atuar em diversas áreas. Portanto, todas essas áreas, que comparecem na graduação em psicologia, são bastante úteis ao perfil profissional do psicólogo que atua no desenvolvimento de políticas públicas, que precisa compreender e analisar, com base nos fundamentos científicos do conhecimento psicológico, as características da instituição, a dinâmica e cultura da comunidade na qual está inserido, a saúde dos diversos atores, os aspectos e impactos da comunidade social e familiar, as necessidades psicológicas do público-alvo e tantos outros aspectos que fortemente comparecem articulados, na composição desse contexto.

Observam-se ainda nos relatos apresentados, sentidos particularizados sobre as qualificações necessárias para a atuação no desenvolvimento de políticas públicas, em razão de suas escolhas acadêmicas e experiências profissionais. Nesse sentido, a Teoria da Subjetividade defendida por González Rey nos ajuda a compreender essa subjetividade, reconhecendo o valor da história e da cultura, possibilitando, a partir disso, um olhar para os diferentes processos singulares.

Os psicólogos, ao longo da sua história, desenvolvem processos de subjetivação em cada uma de suas atividades e os diferentes sentidos subjetivos produzidos em cada uma dessas atividades constituem subjetivamente as outras, em um processo dialético de permanente integração, organização e mudança.

7.2 Categoria 2: A relação entre psicologia e políticas públicas

- *Participante 1*

- *“É difícil distinguir a psicologia das políticas públicas. Acho que toda vez que estou atuando também estou desenvolvendo políticas públicas e vice-versa”.*

- *“Vejo que aos poucos está havendo uma evolução, ou melhor, a psicologia está avançando no campo das políticas públicas”.*

- *Participante 2*

- *“A psicologia está avançando no âmbito das políticas públicas. Então, a meu ver ainda estamos num processo de descoberta e redescoberta do fazer psicológico (...). Eu acho que cabe a cada psicólogo buscar refletir, assumir o seu papel, sendo protagonista e um verdadeiro interventor no seu contexto de atuação”.*

- *“A relação é de proximidade. As políticas públicas são desenvolvidas quando o psicólogo volta suas preocupações e ações em prol da coletividade, ou seja, quando o coletivo ? dá lugar ao? individual”.*

- *Participante 3*

- *“Não consigo identificar uma clara relação entre a psicologia e políticas públicas” (...) acho que a psicologia tem por foco o ser humano individual. Já as políticas públicas focam mais o coletivo”.*

- *“Às vezes acho que a psicologia quer entrar em outras áreas e isso gera certa confusão, pois nem sempre os profissionais estão preparados para essas atuações”.*

- *Participante 4*

- *“A psicologia nas políticas públicas está sendo vista nas ONGs, nas escolas, hospitais, centros comunitários. Se até pouco tempo, o psicólogo atuava dentro de quatro paredes num viés clínico, hoje, porém, ele está atuando no planejamento e desenvolvimento de políticas (...) Seu olhar volta-se ao macro”.*

- *“Para mim, o papel da psicologia é questionar o status quo da forma de fazer política”.*

- *Participante 5*

- *“Políticas públicas e psicologia tem muita coisa a ver. São áreas que têm objetivos comuns, que é ajudar quem mais precisa”.*

- *“A psicólogo deve estar presente nos diferentes espaços coletivos, pois isso é importante para uma avaliação contextualizada e institucional”.*

Inicialmente, é importante salientar que as concepções que os psicólogos possuem acerca da relação entre psicologia e políticas públicas refletem em suas escolhas teóricas e metodológicas e nas práticas que realizam. As formas como esses profissionais compreendem o homem, o mundo, a si próprio e o contexto histórico, social, econômico e político podem favorecer uma atuação crítica, comprometida com o desenvolvimento humano e as transformações sociais. Acompanhando as reflexões de Martínez (2003; 2007), podemos afirmar que a psicologia, como as demais ciências, é uma construção humana e que tanto a produção com o a utilização do conhecimento científico são expressões da concepção de mundo, da ideologia e dos valores dos sujeitos envolvidos.

Os relatos dos participantes evidenciam que as concepções assumidas por eles influenciaram a trajetória de formação e as experiências profissionais. O relato do Participante 3 é um exemplo de como suas concepções interferem em sua atuação profissional. O participante, ao analisar como sendo um equívoco o fato de “a psicologia querer entrar em outras áreas”, por gerar “certa confusão”, acaba por defender um modelo hegemônico, no sentido de conceber a intervenção do psicólogo como campo pré-determinado.

As políticas públicas configuram novos espaços de atuação para a psicologia, mas não predizem exatamente como os profissionais irão ocupá-los. Neste campo em construção, o psicólogo é um participante ativo, pois a partir da interpretação dos textos das políticas públicas e das necessidades emergentes no contexto específico em que atua, vai criando seus modos de atuação e, assim, reinventando sua prática (Brigagão; Nascimento & Spink, 2011). Ainda para essas autoras, as ações dos psicólogos devem, então, ser concebidas não apenas no plano técnico, mas, sobretudo no ético-político, pois implicam escolhas que operam efeitos na (re)produção de práticas discursivas e dos modos de subjetivação.

Entendemos que é preciso reconhecer os limites de uma psicologia que naturaliza, mesmo que seja “bem-intencionada”. Ou seja, sabemos que a preocupação com um novo lugar social para a psicologia e os psicólogos congrega muitos e diversos atores. É preciso produzir conhecimentos sobre a dimensão subjetiva da realidade, um conhecimento que aponte como essa dimensão se constitui inserida na realidade histórica e social e como constitui, por sua vez, essa mesma realidade (Gonçalves, 2013).

Tais referências devem se apoiar em concepções que trabalhem com a historicidade e que permitam identificar as mediações que constituem os fenômenos, na sua complexidade, em seu movimento e contradições e as possibilidades de atuar para transformá-los.

O relato de Participante 4, que atua há mais de seis anos com políticas públicas, evidencia uma identidade profissional construída historicamente na trajetória pessoal e

profissional em que comparecem questões sociais, políticas, econômicas e culturais. Para essa participante, é função da psicologia questionar o *status quo*.

Nesse mesmo entendimento, Maluf (2001) entende que a psicologia, assim, ganha espaço diante desses problemas e os profissionais da área se questionam sobre como transformar as condições vigentes. Discussões e pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas têm propiciado a construção de modelos de atuação que se mostram mais eficazes e têm ampliado a inserção de profissionais em espaços onde antes eles não eram encontrados.

Os participantes 1, 2 e 5 demonstram perceber as possibilidades de uma atuação que não se restrinja à aplicação de instrumentos psicológicos, mas envolvendo diferentes possibilidades de ações. De acordo com o Participante 5, a relação entre psicologia e políticas públicas passa pelo envolvimento do psicólogo nos espaços coletivos, pois isso é essencial para uma avaliação contextualizada e institucional. Para o participante 2, é necessário que cada psicólogo reflita sobre suas ações e seja protagonista e interventor no seu contexto.

Tais afirmações refletem a práxis criadora ou revolucionária (Vázquez, 2011), que se apresenta como o resultado do movimento entre teoria e prática que se dá a partir de um processo dialético, colocando-se a possibilidade transformadora como exigência da reflexão teórica. A práxis criadora questiona as leis previamente determinadas e resulta em um produto novo e único, em detrimento da práxis reiterativa (reacionária que segue em conformidade com o desenvolvimento social).

A análise das falas dos Participantes 1 e 3 nos permite compreender que a relação dos psicólogos com as políticas públicas é complexa e que tal relação pode não estar clara o suficiente. Uma das possíveis causas, conforme abordado anteriormente, pode estar na formação acadêmica, ainda centrada numa perspectiva individualizante, bem como na própria ausência da psicologia no campo das políticas públicas.

De acordo com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Crepop (2011), historicamente a atuação profissional do psicólogo estava restrita à psicologia aplicada. É a partir das últimas duas décadas que surge uma nova proposta identificando o papel do psicólogo na realidade brasileira como sendo o compromisso social. A psicologia passa a ser entendida como uma prática comprometida com a realidade social do país, ponte que liga a psicologia às políticas públicas. Ainda de acordo com o Crepop, a inserção do psicólogo nas políticas públicas cresceu muito nos últimos anos, sendo o setor público, hoje, o que mais emprega psicólogos no país.

O Participante 1 também destaca que, em sua perspectiva, “a psicologia está avançando no campo das políticas públicas”. De fato, a interface entre psicologia e políticas

públicas tem sido ampliada significativamente nos últimos anos e tem possibilitado o crescimento dos dois campos (Yamamoto, 2004; Crepop, 2012; Gonçalves, 2013).

Para Gonçalves (2013), a atuação dos psicólogos em diferentes áreas e instituições tem levado os profissionais a criar novas técnicas e estratégias de trabalho e fazer uma verdadeira reinvenção da prática psicológica. Para as políticas públicas, a participação ativa dos profissionais da psicologia tem possibilitado que estas incluam, tanto nos textos quanto nas práticas, o diálogo interdisciplinar como fundamental para auxiliar na busca de soluções para os conflitos e problemas sociais.

7.3 Categoria 3: O papel do psicólogo no desenvolvimento de políticas públicas

- *Participante 1*

- *“Acho que é preciso uma mudança de mentalidade. Os psicólogos de modo geral precisam compreender que o fazer psicológico precisa avançar para o desenvolvimento de políticas públicas”.*

- *“Defendo que a psicologia tem a função de enfrentar as desigualdades sociais e promover os direitos humanos”.*

- *Participante 2*

- *“Nós, psicólogos, somos protagonistas na construção de políticas públicas no Brasil, enquanto formuladores de propostas, na gestão de sistemas e serviços, na formação de profissionais vinculada a práticas públicas e sociais, na produção de conhecimentos, na invenção da atenção, criando dispositivos clínicos e de cuidados, na participação nos conselhos de saúde, bem como na condição das entidades da categoria profissional”.*

- *“A subjetividade presente nas relações, na elaboração das políticas é algo a ser considerado sempre. Este olhar para a subjetividade é papel também dos psicólogos (...)”.*

- *Participante 3*

- *“O papel do psicólogo no contexto das políticas públicas exige um posicionamento que vise a redução da exclusão social”.*

- *Participante 4*

- *“Os psicólogos têm o papel de pensar a subjetividade presente nas políticas públicas. Eles podem e devem trazer para o debate a dimensão humana, para além da técnica e do legalismo”.*

- *“Nosso papel é possibilitar a reflexão em torno da implantação das políticas públicas (...)”.*

- *Participante 5*

- *“Bom, vejo que o papel é ter um compromisso social, e isso ocorre por meio de ações articuladas com outros profissionais, como assistentes sociais, pedagogos (...)”.*

Referente ao papel do psicólogo no desenvolvimento de políticas públicas, o relato do Participante 4 destaca que o papel da psicologia “é possibilitar a reflexão em torno da implantação das políticas públicas”. Tal posicionamento também reflete a noção de práxis, apresentada como o resultado do movimento entre teoria e prática que se dá a partir de um processo dialético, colocando-se a possibilidade transformadora como exigência da reflexão teórica.

Para Martínez (2007), facilitar de forma crítica, reflexiva e criativa a implantação das políticas públicas evidencia-se como essencial e tal prática adota um olhar mais abrangente, não centrado apenas e fundamentalmente nos indivíduos, mas nos processos subjetivos do espaço social. Afinal, a sua implantação real depende dos processos da subjetividade social dos espaços sociais onde devem ser inseridas e das subjetividades individuais daqueles que devem assumi-las e de fato implementá-las.

Ainda nesta perspectiva, Reis e Zanella (2015) compreendem que no campo das políticas públicas, assim como em qualquer contexto de atuação, é imprescindível ao psicólogo a reflexão acerca de suas vinculações institucionais, suas referências teóricas, sua posição política, suas escolhas ético-afetivas. Não apenas refletir e questionar seu contexto de atuação, mas igualmente pôr a si próprio em questão pode ser uma estratégia para reconhecer o lugar em que estamos colocados e vislumbrar aquele em que queremos estar enquanto profissionais atuantes nas políticas públicas.

Os Participantes 4 e 2 destacam que o papel do psicólogo no desenvolvimento de políticas públicas está na atenção aos aspectos subjetivos que permeiam este fazer. Esses participantes parecem compreender que o olhar do psicólogo é captar aspectos subjetivos que constituem o processo social e os fenômenos sociais. Desta forma, o apoio psicológico pode intervir no movimento dos sujeitos e no desenvolvimento de sua capacidade de intervenção e transformação do meio social em que vive.

O resgate da subjetividade, a partir de uma perspectiva histórico-cultural, torna-se fundamental na compreensão da produção de sentidos a todos os processos e formas de organização da atividade humana – aqui com ênfase nas políticas públicas –, pois a subjetividade “representa uma produção de sentido inseparável do contexto e das formas complexas de organização social que estão por trás dos vários espaços de ação social” (González Rey, 2012, p. 125).

Assim, para identificar a dimensão subjetiva, é importante atentar para os aspectos psicológicos que fazem dos indivíduos envolvidos nas políticas públicas, neste momento histórico, sujeitos históricos. Trata-se de considerar a forma como os indivíduos percebem o mundo a sua volta, como se orientam nele, como ocorre o processo de produção, como se relacionam. Ou seja, tais aspectos referem-se ao pensamento, à vontade, às emoções, à linguagem, ao comportamento, ou seja, a processos subjetivos (Gonçalves, 2013).

O papel do psicólogo neste contexto é intervir nos processos subjetivos que sustentam as estruturas de injustiça e as tornam viáveis, ajudar a descobrir meios de substituir ações violentas por formas mais racionais de se agir, e contribuir para a formação de uma identidade coletiva que responda aos desafios da realidade. Por isso, precisam repensar sua imagem, enquanto profissionais envolvidos com políticas públicas, precisam assumir a perspectiva da maioria da população e, por fim, precisam assumir uma escolha radical entre a acomodação a um sistema social que beneficia poucos e a crítica confronto em favor daqueles que são a maioria.

Vale ressaltar que, nos relatos dos cinco participantes, é possível observar um significativo envolvimento por parte dos psicólogos com o trabalho que os leva a inventar e reinventar práticas na tentativa de superar as limitações encontradas nos serviços, ou mesmo buscam inovar e encontrar estratégias para realização do trabalho.

Os relatos dos participantes 1 e 3 apresentam a dimensão do enfrentamento das desigualdades e a luta pelos direitos humanos. Suas falas refletem um posicionamento que coloca os psicólogos como responsáveis pela luta pelos direitos e de apoio às classes menos favorecidas. Portanto, a ação do psicólogo é política, na medida em que deve influenciar mudanças em seu contexto de trabalho.

A chamada “mudança de mentalidade”, afirmada pelo Participante 1, se caracteriza, portanto, por um processo de transformação pessoal e social vivido por quem é oprimido na descoberta da realidade. É mais do que uma mudança de opinião sobre a realidade, é a mudança na forma de se relacionar com o mundo. Para Martín-Baró (2007), a conscientização deve ver no horizonte da psicologia, um processo pelo qual as pessoas desenvolvem um entendimento crítico de si mesmas e de sua realidade. Este processo preserva o foco pessoal sem, contudo, se considerar oposto ou estranho ao social. Para a autora, o pessoal é o correlato dialético do social e, assim, incompreensível se seu referente constitutivo é omitido.

A mudança de mentalidade também passa pela necessária conscientização do papel da psicologia, sobretudo compreendendo como as políticas públicas são afetadas pela ideologia dominante. Participar no desenvolvimento de políticas públicas é encarar um espaço dinâmico cheio de imprevistos e de realizações, mas é também estar em meio a um contexto político, especialmente para aqueles que se alimentam da utopia, a qual incita as práticas humanas e impede a história de se congelar nos fatos atuais (Boff, 2002). É neste contexto que o psicólogo pode atuar, olhando para o cenário e sua dinâmica.

Referindo-se à situação social e a condições concretas de vida, este processo de conscientização requer, do psicólogo, uma resposta ao problema da injustiça social, assumindo responsabilidades históricas com suas ações. Não se pode conceber mais que profissionais se omitam diante da opressão humana.

Nesse sentido, a fala do Participante 5 também destaca o compromisso social. Para esse participante a relação entre psicologia e políticas públicas pode resultar em um modelo de intervenção para o compromisso social a partir de um trabalho interdisciplinar.

O compromisso social, ético e político do psicólogo passa a ser o bem-estar daqueles que estão envolvidos em diferentes partes da comunidade (Martín-Baró, 2007). O psicólogo, como membro de uma equipe, pode ser, pela especificidade da sua formação, um importante ator dos processos de mudança. O papel do psicólogo pode se expressar de formas muito diversas: contribuindo para adequar a política proposta às condições específicas, identificando barreiras ao processo de mudanças e promovendo estratégias para sua superação, contribuindo para os processos de esclarecimento e envolvimento em relação aos objetivos a serem alcançados (Martínez, 2007).

Assim, como representante do debate sobre o compromisso social da psicologia, Gonçalves (2003, p. 279) afirma:

Nesse sentido e já particularizando a discussão, quero destacar o papel da Psicologia em relação à formulação de políticas públicas. A atuação em defesa da elaboração e implementação de políticas públicas de saúde, de educação, lazer, participação e organização popular, convivência social, circulação humana, proteção ambiental, segurança pública, nas quais a contribuição da Psicologia é fundamental, pode representar uma possibilidade de atuação transformadora e deve expressar essa posição, de defesa de uma Psicologia voltada para as necessidades de nossa sociedade, acessível a todos, contribuindo para a emancipação das pessoas e engajada na transformação social que leve à superação da desigualdade.

No campo das políticas públicas, assim como em qualquer contexto de atuação, é imprescindível ao psicólogo a análise de suas implicações, a reflexão acerca de suas vinculações institucionais, suas referências teóricas, sua posição política, suas escolhas ético-afetivas. Não apenas questionar seu contexto de atuação, mas igualmente pôr a si próprio em questão pode ser uma estratégia para reconhecer o lugar em que estamos colocados e vislumbrar aquele em que queremos estar enquanto profissionais atuantes nas políticas públicas (Reis & Zanella, 2015).

Compreendemos que a intervenção política demanda a articulação entre saberes e o diálogo com profissionais e usuários que possuem diferentes olhares, o que pode ser observado, por exemplo, no que é chamado de “trabalho em rede”. Tal processo implica uma espécie de descentralização do saber psicológico, o que leva à abertura a novas esferas práticas e teóricas, engendradas em meio a interlocuções interdisciplinares e comunitárias que potencializam diferentes e múltiplas formas de entendimento e intervenção.

7.4 Categoria 4: Desafios a serem enfrentados pela psicologia na sua práxis com as políticas públicas

- *Participante 1*

- *“São muitos os desafios, que vão desde a formação até o reconhecimento necessário”.*

- *“É preciso que haja mais cursos, congressos e eventos sobre a relação da psicologia com as políticas públicas, que visem promover a subjetividade, a ética, os direitos humanos, enfim, nosso papel enquanto psicólogos”.*

- *Participante 2*

- *“Para mim um dos maiores desafios é conseguir pôr em prática tantos projetos e ações que se fazem necessários. Muitas vezes falta apoio governamental ou, até mesmo, apoio por parte da entidade”.*

- *“(…) um grande desafio é o trabalho em equipe”.*

- *Participante 3*

- *“Acho que os desafios que enfrento trabalhando com políticas públicas não são muito diferentes dos desafios que psicólogos que atuam em outras áreas enfrentam. São eles: formação continuada e capacidade para dar conta de uma demanda complexa e multivariada que é a atuação em políticas públicas”.*

- *Participante 4*

- *“A meu ver precisamos de uma formação de qualidade, que seja capaz de dar conta da alta demanda de trabalho”.*

- *“Outro desafio é apresentar uma atuação voltada para a promoção da participação social”.*

- *“Da mesma forma, reforço a necessidade de uma formação a partir de uma perspectiva ética e crítica a respeito da formação e da atuação profissional”.*

- *Participante 5*

- *“Penso que nós não estamos adequadamente formados para trabalhar nessa área. Vejo que precisamos de uma formação mais específica sobre a psicologia em políticas públicas. Então, vejo que o desafio é esse: melhor formação”.*

- *“Grande desafio é auxiliar os demais profissionais a abandonar concepções e práticas excludentes e assistencialistas, tão comum no âmbito das políticas públicas”.*

Defendemos que esse olhar crítico precisa abarcar a dimensão das angústias relacionadas à prática profissional e refletir sobre possibilidades de cuidado e formação da pessoa do profissional a partir de sua práxis cotidiana e de suas implicações subjetivas, conscientes ou não. Refletir criticamente acerca da formação é pensar também em como construir espaços de fala e de escuta diferenciados que permitam elaborações psíquicas e tomadas de consciência essenciais ao processo de desenvolvimento humano desses profissionais.

Nesse sentido, o Participante 1 destaca explicitamente que “é preciso que haja mais cursos, congressos e eventos sobre a relação da psicologia com as políticas públicas, que visem promover a subjetividade, a ética, os direitos humanos, enfim, nosso papel enquanto psicólogos”. O relato aponta a formação como um desafio posto, evidenciando certo desejo de superar modelos que reduzem a subjetividade como algo externo às políticas públicas, bem como a promoção da reflexão em torno da ética e dos direitos humanos.

A preparação do futuro profissional passa pela inclusão destas Referências Técnicas no processo de formação profissional, e também por referenciais teóricos que resgatem as subjetividades contemporâneas como resultantes de um processo histórico, que atribui significados diferenciados a certos aspectos em detrimento de outros. Significados estes que podem ser transformados por meio de uma intervenção alinhada ao compromisso ético-político da profissão.

Assim, incluir referenciais teóricos e metodológicos adequados às políticas públicas na formação profissional do psicólogo, preparando-o para atuar na formulação, gestão e execução das políticas públicas, implica fortalecer o compromisso social da psicologia, colocando-a a serviço da constituição de sujeitos envolvidos em projetos coletivos, que inserem seu projeto de felicidade individual na felicidade coletiva. Sujeitos capazes de se tornarem ativos protagonistas da construção de um mundo mais justo e igualitário.

Por esse motivo, torna-se fundamental que a problematização esteja vinculada a dois eixos de análise: primeiro, da análise da realidade na qual o trabalho acontece, que, frequentemente, ultrapassa as próprias vivências pessoais e profissionais dos psicólogos, podendo causar estranheza, afastamento e julgamento moral; segundo, das formas vinculares e das práticas que são realizadas com a população/comunidade atendida, evitando ações padronizantes e normalizadoras.

De acordo com Martínez (2015), a atuação em políticas públicas não é apenas e nem essencialmente, uma questão técnica. O essencial não é estar ou não preparado tecnicamente. Isso é, sem dúvida, importante, porém, secundário em relação ao essencial: o compromisso com os mais desfavorecidos, o querer trabalhar para transformar essa situação. O compromisso e a motivação vão facilitar a procura do aprimoramento técnico

necessário para a atuação profissional e, muito especialmente, vão contribuir para fazer as escolhas teóricas e metodológicas mais apropriadas para dar conta dessa realidade.

Nesse sentido, o desafio levantado pelo Participante 4 é a atuação voltada para a promoção da participação social. No tocante a esse tema, Sawaia (2009) defende que uma prática profissional que valorize a participação social como princípio ético deve pautar suas ações nos objetivos estabelecidos a posteriori, buscando a construção das ações com base nas necessidades da população. Para a autora, a inserção em um contexto de atuação com objetivos previamente definidos pode contribuir para a homogeneização, a normalização e até para a medicalização dos sujeitos atendidos, além de manter os sujeitos em uma posição heterônoma e reiterar o caráter assistencialista das políticas públicas. Já quando o trabalho do psicólogo é implementado a partir das necessidades do sujeito, que participa de todo o processo, esse trabalho pode contribuir para a sua autonomia.

Portanto, destacamos a necessidade de não se perder a singularidade dos sujeitos em meio à coletividade. Para isso, devemos aprender a ouvir suas experiências, identificações, desejos e necessidades, buscando-se sempre a complexidade dos elementos que o constituem. Isso só é possível quando, em vez de procurar enquadrá-lo em metanarrativas ou em rótulos legitimados pelo discurso médico, nós o acolhemos em sua singularidade.

Conforme convicção de Martínez (2007), muitas das dificuldades evidenciadas no desenvolvimento das políticas públicas são derivadas da forma como têm sido colocadas para os executores de fato (escolas, entidades, famílias...). Os promotores dessas políticas parecem desconhecer elementos essenciais relativos à participação dos indivíduos que integram os espaços sociais nos quais se produzem os processos de mudança institucional. A falta de credibilidade nas possibilidades reais da inclusão tal como tem sido proposta e, em alguns casos, até mesmo a rejeição implícita, a sua implementação poderia ter sido, se não evitada, ao menos minimizada com delineamentos diferentes de seu processo de implantação.

Muitos erros estratégicos no processo de implantação das políticas públicas correspondem às instâncias em que são geradas e às equipes que têm a seu cargo sua operacionalização. Mesmo assim, o psicólogo, por seus conhecimentos dos processos subjetivos de indivíduos, grupos e instituições, pode favorecer, em alguma medida, o processo de implantação das políticas, contribuindo para otimizar o processo, tendo em conta as particularidades propostas pela política em foco. Seu papel facilitador sempre deve estar orientado por sua análise crítica e reflexiva da política em questão onde trabalha. O conhecimento sobre a instituição e seus membros lhe permitirá compreender as formas como a política pode se converter realmente em mobilizadora de mudanças efetivas e,

consequentemente, possibilitará delinear estratégias para favorecer sua implantação (Martínez, 2007).

Para Gonçalves (2013), a convicção que tem sido predominante na história da psicologia refere-se à naturalização dos fenômenos psicológicos, implicando a busca de um conhecimento considerado universal sobre o psiquismo humano. Um conhecimento que se crê natural e universal justifica ações normalizadoras, de adaptação dos indivíduos a situações existentes. Também por essa via a presença da psicologia no campo das políticas públicas termina por ser pequena ou inexistente, pois ela não teria que produzir conhecimentos e procedimentos de intervenção específicos para cada situação, apenas “aplicar” o que já existia.

Para o Participante 5, “grande desafio é auxiliar os demais profissionais a abandonar concepções e práticas excludentes e assistencialistas, tão comum no âmbito das políticas públicas”. Esse desafio ganha ainda mais importância quando nos damos conta que vivemos em um contexto social que, cada vez mais, estabelece normas de como o sujeito deve ser e se comportar, e que oprimem identidades sociais no âmbito das dimensões de gênero, geração, classe social, religião, sexualidade e deficiência. Além disso, essas normas medeiam o processo de constituição do sujeito e, por estarem naturalizadas, contribuem para a manutenção do *status quo*.

Esse padrão normativo, que exclui/inclui perversamente quem dele difere, ao longo da história ocidental, tem sido sustentado por diferentes discursos. Guarido (2010) entende que a medicalização da vida pode ser considerada uma biopolítica de controle da população que visa à docilização dos corpos e à manutenção das desigualdades sociais.

O relato do Participante 2 aponta também para o trabalho em equipe, como sendo um dos desafios a serem enfrentados. Tal desafio passa pelo entendimento da importância do exercício de construção grupal, que situa o usuário e os demais profissionais da saúde como coatores no desenvolvimento de políticas públicas, possibilitando a ampliação das formas de participação e intervenção nos espaços de controle e deliberação.

Acreditamos, assim, que a superação desses desafios pode contribuir no desenvolvimento da profissão, para que ela deixe de assumir apenas um lugar secundário, enquanto saber e atuação que subsidia outras práticas, a partir da descrição e classificação de indivíduos em relação a seus “aspectos psicológicos”. Tal lugar pode ser observado na escola, onde o psicólogo tem atuação auxiliar ou complementar em relação a professores e pedagogos (só para os “casos-problema”); na empresa, em que subsidia o trabalho do administrador; na saúde, em que auxilia o médico psiquiatra; na justiça, em que auxilia o juiz; esse é, então, o lugar predominantemente ocupado no campo social. E, alternativo a esse, o lugar de psicoterapeuta no consultório particular, aí também utilizado, de forma

geral, o mesmo conhecimento naturalizante e descontextualizado, mas, neste caso, como profissional autônomo (Gonçalves, 2013).

Martínez (2015) considera que houve significativas mudanças na atuação dos psicólogos frente às políticas públicas. Porém, ainda são necessárias novas e mais profundas mudanças nas concepções e representações dos psicólogos sobre um importante conjunto de questões que lhes permitam o delineamento de práticas profissionais favorecedoras de participações efetivas em políticas públicas. Consideramos importante que se operem mudanças, além, logicamente, da própria representação de políticas públicas, nas seguintes direções: valorização da singularidade no contexto das políticas públicas, conceber a política como uma construção social, enxergar a dimensão ética como uma filosofia da moral que permeia as diferentes práticas.

Os desafios que o trabalho diante de políticas públicas coloca para o psicólogo são muitos, tanto pelas múltiplas possibilidades de atuação, quanto pelas exigências de uma formação sólida e permanente compatível com elas. Cabe ao psicólogo, na sua condição de sujeito, querer assumi-los.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou compreender a visão de psicólogos sobre a relação da psicologia com a construção e o desenvolvimento de políticas públicas.

As reflexões realizadas ao longo do trabalho apontam que a promoção de uma atuação profissional nas políticas públicas, que leve à potencialização do sujeito e à garantia dos direitos humanos, exige o rompimento de padrões normativos, patologizadores e medicalizantes. Considerando o processo perverso de medicalização da vida que atravessa a sociedade e que vem sendo reproduzido nas variadas políticas sociais destinadas à população, é necessário construir intervenções que abranjam a complexidade dos elementos constituintes dos fenômenos nos quais somos solicitados a intervir.

A presença da psicologia nas políticas públicas passa por reconhecer e enfrentar desafios, dentre eles: 1) transformar a luta pela implementação de políticas públicas que promovam e garantam os direitos sociais em espaço de construção e consolidação da democracia; 2) consolidar a presença da psicologia nesse espaço, reconhecendo-a como recurso para a atuação, especificamente por possibilitar a compreensão da dimensão subjetiva de fenômenos sociais, a partir de um viés que considere a ética e a historicidade; 3) construir metodologias para a atuação no âmbito das políticas públicas que tenham como norte o conhecimento dos autores sociais, o questionamento dos dispositivos normalizantes,

o acolhimento da diversidade de modos de ser, a potencialização dos sujeitos e a inclusão das diferentes coletividades no controle social dessas políticas.

Para isso torna-se relevante um posicionamento que rompa com a noção de políticas públicas como simples assistencialismo às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade. É preciso um posicionamento que transcenda a questão legalista, abrangendo também a dimensão ética, da potencialização do sujeito para a promoção da sua autonomia.

Os pressupostos de que a subjetividade é constituída a partir do processo de apropriação singular das determinações sociais e que a diversidade de modos de ser é inerente à condição humana, devendo ser respeitada e valorizada, são também de fundamental importância para a construção de políticas públicas de qualidade. Apostamos na construção de intervenções que empreendam análises históricas e políticas e que reflitam sobre as múltiplas experiências subjetivas e sociais evidentes no cotidiano. Apontamos ser fundamental que tais problematizações sejam provocadas desde o início da formação do psicólogo, com o objetivo de reduzir a incidência de ações padronizadas e despolitizadas.

Em outras palavras, apostamos nas conexões entre psicologia e políticas públicas como potentes na formulação de modos criativos de atuação, que escapam provisoriamente de posições assépticas, impessoais, universais e elitizadas, tão presentes nas produções científicas.

A análise dos relatos dos participantes permite concluir que a práxis da psicologia precisa estar apoiada em uma visão histórica e crítica da psicologia, desde suas formulações teóricas até suas práticas e sua inserção. A presença da psicologia no campo das políticas públicas revela, de maneira privilegiada, que um profissional nunca é apenas um técnico ou especialista em determinado assunto. Ele tem uma inserção social que passa, necessariamente, por um posicionamento que é também político. Ao defendermos a atuação do psicólogo em políticas públicas estamos nos colocando de uma determinada maneira no contexto social: estamos “contracorrente”, a corrente do neoliberalismo e suas diferentes manifestações.

Acreditamos que a psicologia, na perspectiva histórico-cultural, oferece referências importantes para a elaboração de políticas públicas e para a atuação do psicólogo nesse campo. Entendemos que essa abordagem, considerando seus fundamentos teóricos e metodológicos e os recursos daí decorrentes, permite superar a dicotomia indivíduo-sociedade e a naturalização do fenômeno psicológico por meio da consideração dessa relação como processual e histórica.

As referências da psicologia histórico-cultural podem orientar a elaboração de políticas públicas e a intervenção do psicólogo, que deve reconhecer-se como responsável

por realizar uma possibilidade: colocar a psicologia a serviço da transformação social em direção a outro mundo possível. A atuação em políticas públicas deve visar compreender e intervir junto à dimensão subjetiva dos fenômenos sociais presentes nesse campo; a compreensão da dimensão subjetiva se inicia com a afirmação do homem como sujeito e da historicidade da subjetividade.

Nesse sentido, a psicologia também pode contribuir para a elaboração de políticas públicas na atenção à dimensão subjetiva, considerando que a subjetividade pode se configurar de acordo com um projeto de sociedade determinado. Por exemplo, um projeto de sociedade no qual haja previsão de atender às necessidades como direitos; em que se preveja a participação dos indivíduos nas decisões sobre aspectos que envolvem sua vida; em que se entenda que várias facetas da vida devem ser levadas em conta, para todos, porque aquilo que a humanidade alcançou deve ser disponibilizado para todos os homens – por isso, políticas de saúde e assistência social são tão importantes quanto às de cultura e lazer, por exemplo. Enfim, um projeto de sociedade que crie condições para que os indivíduos exercitem a condição de sujeitos históricos.

No campo das políticas públicas, o olhar crítico, construtivo e comprometido com a transformação da realidade se evidencia como especialmente necessário. Nesse contexto, em que muitas mudanças são imprescindíveis, o psicólogo pode se constituir num importante elemento de transformação na sua condição de sujeito ativo, criativo e inovador. O trabalho em prol do outro em toda a sua abrangência é um bom exemplo do que pode ser sua contribuição para uma maior equidade e um maior nível de justiça social, questão apenas possível se for capaz de se engajar ativamente no processo de mudanças.

Diante do exposto, fortalece-se a esperança de que há caminhos possíveis para a construção de políticas públicas mais humanizadas. A história não enganou os que lutaram pela democracia, pela liberdade política, pelos direitos sociais, pela independência dos povos, pelos direitos humanos. Apesar das contradições, a experiência contemporânea criou novos espaços de liberdade e de justiça. Se agora sentimos tão profundamente as misérias, as injustiças e as irracionalidades, é porque sabemos que há outras possibilidades reais de organizar o mundo de modo mais ético e solidário.

Os novos paradigmas e os pressupostos da ética do cuidado têm exigido um compromisso social consciente e crítico, posturas que considerem a prática social como ponto de partida para a concretização das políticas públicas. Por meio desse olhar, evidencia-se a necessidade de uma constante articulação dialética de saberes, condições e necessidades, que compreenda que a transformação da prática social se inicia a partir do reconhecimento dos sujeitos no processo.

Embora muitas dessas atitudes já estejam sendo tomadas em determinados lugares e situações, é também papel do Estado fortalecer e potencializar essas iniciativas, de modo

que não continuem como atividades isoladas, mas um movimento conjunto, que envolva toda a comunidade na construção de uma cultura baseada no respeito à dignidade do ser humano.

Quem sabe, este seja o momento de despedida de um modelo, historicamente alicerçado, de lugares conceituais, teóricos e epistemológicos prontos e acabados, não mais convincentes e adequados ao tempo presente. Parafrazeando Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 58), este é um momento de “(...) despedida em busca de uma vida melhor a caminho doutras paragens onde o otimismo seja mais fundado e a racionalidade mais plural e onde finalmente o conhecimento volte a ser uma aventura encantada”.

REFERÊNCIAS

- Antunes, M. A. M. (2008). Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. *Revista da ABRAPEE*, 12(2), pp. 469-475. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>>. Acesso em: 12 abr. 2017.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bock, Ana M. Bahia (2009). Psicologia e ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e compromisso social*, pp. 15-28, (2ª ed.). São Paulo: Cortez.
- _____; Furtado, O. & Teixeira, M. de Lourdes (2009). *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. (14ª ed.) São Paulo: Saraiva.
- Boff, L. (2002). *Fundamentalismo: A globalização e o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Sextante.
- _____. (2011). *Saber cuidar: ética do humano* (19ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Branco, A. U. & Rocha, R. F. (1998). A questão da metodologia na investigação científica do desenvolvimento humano. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 14 (3), pp. 251-258.
- Brasil (2015). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Pesquisa de entidades de assistência social privadas sem fins lucrativos - PEAS 2014-2015*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/peas/2013/default.shtm>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- Braunstein, H. R. (2012). *Ética do cuidado: das instituições de cuidado e pseudo cuidado*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado). São Paulo.
- Brigadão, J.; Nascimento, V. L. & Spink, P. K. (2011). As interfaces entre Psicologia e políticas públicas e a configuração de novos espaços de atuação. *Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, v. 37, n. 1, pp. 199-215.

- Carrilho, M. R. (2010). O cuidado como ser e o cuidado como agir. *Ex aequo*, n. 21. Vila Franca de Xira, pp. 107-114. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602010000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 abr. 2017.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Crepop. (2011). *Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistentes Social (SUAS)*. Informações para Gestores e Gestoras, Centro de Referência Técnica em psicologia e políticas. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- _____. (2012). *Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Conselho Federal de Psicologia, CFP (2012). *A formação de psicólogos e psicólogas: respondendo às demandas da sociedade brasileira*. Grupo de Trabalho de Formação. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Cruces, A. V. V. (2015). Práticas emergentes em Psicologia Escolar: Nova ética, novos compromissos. In A. Mitjáns Martínez (Ed.), *Psicologia escola e compromisso social* (pp. 49-69). (3ª ed.). Campinas: Alínea.
- Dagnino, E. (2004). Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? Daniel Mato (Coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y, S. (2006). *O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens* (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Figueiredo, L. C. M. (2008). *Revisitando as psicologias: Da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos* (4ª ed.). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Flick, U. (2009). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Foucault, M. (2009). *Vigiar e punir*. (36ª ed.). Petrópolis: Vozes.

Gonçalves, M. G. M. (2003). A contribuição da psicologia sócio-histórica para a elaboração de políticas públicas. In Ana M. Bahia Bock (Org.). *Psicologia e Compromisso Social*. São Paulo: Cortez, pp. 277-293.

_____. (2013). *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.

González Rey, F. (2003). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

_____. (2005). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

_____. (2006). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson.

_____. (2012). *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. (3ª ed.), Petrópolis: Vozes.

Guareschi, P. A. (2003). Ética e paradigmas. In K. S. Ploner; L. R. F. Michels; L. M. Schlindwein & P. A. Guareschi (Orgs.). *Ética e paradigmas na psicologia social* (pp. 17-33). Porto Alegre: Abrapsosul.

Guarido, R. (2010). A biologização da vida e algumas implicações do discurso médico sobre a educação. In Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Orgs.), *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos* (pp. 27-39). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Günther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: teoria e pesquisa*. 22(2), pp. 201-210. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2>>. Acesso em: 2 maio 2017.

Heidegger, M. (2014). *Ser e tempo* (9ª ed.). Petrópolis: Editora Vozes.

Lane, S. T. M. (2004). O processo grupal. In S. T. M. Lane & W. Codo (Eds.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. (14ª ed.). (pp. 78-98). São Paulo: Brasiliense.

- _____. & Sawaia, B. B. (1991). Psicologia: ciencia o política? In M. Montero (Ed.). *Acción y discurso. Problemas de psicología política en América Latina* (pp. 59-85). Caracas, Venezuela: Eduven.
- Lisboa, F. S. & Barbosa, A. J. G. (2009). Formação em psicologia no Brasil: Um perfil dos cursos de graduação. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29, pp. 718-737.
- Maciel, D. A. & Pulino, L. H. C. Z. (2008). Psicologia, desenvolvimento e educação: começando uma conversa. In D. A. Maciel & L. H. C. Z. Pulino (Orgs.). *A Psicologia e a Construção do Conhecimento*, pp. 7-31. Brasília: LGE Editora.
- Maluf, M. R. M. (2001). Formação e atuação do psicólogo na educação: Dinâmica de transformação. (4ª ed.). In Conselho Federal de Psicologia. *Psicólogo brasileiro – Práticas emergentes e desafios para a formação*, pp. 157-200, São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Martín-Baró, I. (2007). Hacia una psicología de la liberación. In A. Blanco (Org.). *Psicología de la liberación*, pp. 238-302, Madrid: Trotta.
- Martínez, M, A. (2007). O psicólogo escolar e os processos de implantação de políticas públicas: atuação e formação. R. C. Herculano (Org.). *Formação em Psicologia Escolar: realidades e perspectivas*. Campinas: Editora Alínea, pp. 109-133.
- _____. (2013). Psicologia e compromisso social: desafio para a formação do psicólogo. In A. M. B. Bock (Ed.). *Psicologia e compromisso social*, pp. 143-162, São Paulo: Cortez Editora.
- _____. (2015). Inclusão escolar: desafios para o psicólogo. In A. M. Martínez (Org.). *Psicologia escolar e compromisso social*. (3ª ed.). Campinas: Alínea.
- Molon, S. I. (2003). *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Morin, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. (2ª ed.) São Paulo: Editora Cortez, 2000.

- Pedroza, R. L. S. (2003). *A psicologia na formação do professor: uma pesquisa sobre o desenvolvimento pessoal de professores do ensino fundamental* (Tese de Doutorado não publicada). Universidade de Brasília, Brasília.
- Pereira, P. (2000). Por uma nova concepção de seguridade social. In *Revista SER Social*, n. 7. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília, julho/dezembro.
- Pulino, L. H. C. Z. (2008). *As ciências humanas no ensino médio e suas tecnologias: compromisso social e ético no cotidiano*. Brasília: CEAD/UnB.
- _____. (2010). Filosofia, pedagogia e psicologia: a formação de professores e a ética do cuidado de si. In W. O. Kohan (Ed.). *Devir-criança da filosofia*, pp. 153-164, Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Reis, A. C. & Zanella, A. V. (2015). Psicologia social no campo das políticas públicas: oficinas estéticas e reinvenção e caminhos. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 49, n. 1, pp. 17-34, janeiro/junho.
- Rossato, M. & Martínez, A. M. (2013). Desenvolvimento da Subjetividade: análise de histórias de superação das dificuldades de aprendizagem. *Revista Semestral da Associação de Psicologia Escolar e Educacional*. v. 17, n. 2, julho/dezembro (pp. 289-292).
- Rosa, A. C.; Luzio, C. A. & Yasui, S. (2001). As conferências nacionais de saúde mental e as premissas do modo psicossocial. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 58, pp. 12-25, maio/agosto.
- Saadallah, M. M. (2007). A psicologia frente às políticas públicas. In C. Mayorga & M. Prado (Orgs.) *Psicologia Social: articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Santos, Boaventura de S. (1999). A construção multicultural da igualdade e da diferença. *Oficina do CES*, n. 135. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Sawaia, Bader B. (2009). Psicologia e Desigualdade Social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psic. & Soc.*, 21(3), pp. 364-372.

- Silva, J. F. S. da (2013). Serviço Social: razão ontológica ou instrumental? *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, pp. 72-81, janeiro/junho.
- Valls, A. L. M. (2013). *O que é ética*. (11ª ed.) (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense.
- Vásquez, A. S. (2011). *Filosofia da Práxis*. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Vygotsky, L. S. (1984). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1995). *Obras escogidas III*. Madri: Centro de Publicaciones del M.E.C. y Visor Distribuciones.
- Yamamoto, O. H. (2004). Psicologia e políticas sociais (públicas) no Brasil. *Psicologia*. (Braga), Minho, v. 9, n. 1, p. 99-117.
- Ziegler, J. (2013). *Destruição em massa geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez, 2013.
- Zoboli, E. L. C. P. (2004). A redescoberta da ética do cuidado: o foco e a ênfase nas relações. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, pp. 21-27.

ANEXOS

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Por que você decidiu trabalhar com políticas públicas?
2. Você se sente preparado para atuar com políticas públicas?
3. O que você entende por políticas públicas?
4. Em sua opinião, qual a relação entre psicologia e políticas públicas?
5. Qual é o papel do psicólogo na elaboração e no desenvolvimento de políticas públicas? Quais são as maiores contribuições que o psicólogo pode dar nesse contexto?
6. Quais são os maiores desafios que você enfrenta nesse contexto?
7. Quais são as mudanças que se fazem necessárias para um maior e melhor engajamento de psicólogos frente às políticas públicas?